

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Karopy Ribeiro Noronha

**GÊNERO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A
FEMINIZAÇÃO DA CATEGORIA DISCENTE DO SERVIÇO SOCIAL
DA UFSM**

Santa Maria, RS
2019

Karopy Ribeiro Noronha

**GÊNERO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A
FEMINIZAÇÃO DA CATEGORIA DISCENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA UFSM**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Bacharela em Serviço Social**.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Santa Maria, RS
2019

Karopy Ribeiro Noronha

**GÊNERO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A
FEMINIZAÇÃO DA CATEGORIA DISCENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA UFSM**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para a obtenção de título de
Bacharela em Serviço Social.

Aprovado em 03 de dezembro de 2019

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Luisa Fernandes Cordeiro, M.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

À Jamila Noronha, minha prima, que muito lutou pela vida e é uma das mulheres fortes sobre as quais escrevo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Pedro e Cecília, que não requisitaram esforços para que eu tivesse acesso à educação pública e de qualidade, e, principalmente, por terem lutado tanto para que eu fosse a primeira mulher da família a concluir uma graduação em uma instituição pública de ensino. Por terem me ensinado que sou passarinho e que nada me prende.

Aos meus tios, Marcos e Terezinha, pelos incansáveis momentos em que me acolheram e me motivaram a construir tudo que tenho: o conhecimento.

Agradeço aos meus companheiros de dias e noites, Lara Duarte e Lucas Leismann, que me escolheram como família e que foram e são parte essencial no processo de construção da minha identidade. Obrigada pelo carinho, pelas trocas, por terem me afetado da melhor maneira possível e, principalmente, por andarem lado-a-lado a mim me fazendo florescer.

Agradeço à minha orientadora Prof. Dr. Laura Fonseca, mulher, educadora e pesquisadora a qual tanto admiro e que com carinho, cuidado e responsabilidade ética norteou este trabalho. Laura, saibas que estará sempre em meu coração como exemplo a ser seguido.

Agradeço à Prof. M^a. Luísa Fernandes Cordeiro por ter aceitado o convite em participar da minha banca, e, principalmente, por ser uma educadora que motiva, que instiga e constrói conhecimento para além da sala de aula.

Agradeço a Prof^a Caroline Goerch, educadora que sempre esteve próxima de mim me tratando com tanto carinho e amor, que por vezes foi a mãe que Santa Maria me deu. Caroline, a vida fica mais leve quando encontramos pessoas como tu. Obrigada por ser exatamente quem és.

Agradeço ao professor Fábio Jardel Gaviraghi por ter me motivado a permanecer no Serviço Social e ter me mostrado que existem muitas possibilidades para além do arco. Minha eterna gratidão às conversas, aos cafés e por ter cruzado o meu caminho.

Agradeço a Prof. Dr. Fernanda Mangini por me incentivar a produzir conhecimento científico e romper com as minhas próprias barreiras. Obrigada Fernanda por ser essa mulher que motiva outras mulheres.

Agradeço aos meus companheiros, Luan Machado, Bruna Tomazzoni e Marjana Lourenço pelo carinho a mim transmitido nesses longos anos de Santa Maria. Que bom que a gente se escolheu.

Agradeço ao meu companheiro Marcelo Bahlis, por acreditar e confiar no que produzo, por partilhar e construir a vida boa comigo e, essencialmente, por ser a pessoa que amo.

Por fim, agradeço aos meus guias e orixás que me conduzem pelo caminho do bem para aprender e transformar tudo todos os dias, mesmo quando esses dias se parecem os mais difíceis.

“Eso que llaman amor es trabajo no pago”
Silvia Federici

RESUMO

GÊNERO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A FEMINIZAÇÃO DA CATEGORIA DISCENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA UFSM

AUTORA: Karopy Ribeiro Noronha

ORIENTADORA: Dra. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

O presente trabalho de conclusão de curso, que aqui se apresenta, tem como objetivo geral compreender os aspectos que configuram o perfil da categoria discente, e, posteriormente na categoria profissional, do Serviço Social, como majoritariamente feminina. O despertar para o tema se deu a partir da leitura atenta da pesquisa realizada no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no ano de 2017, que demonstrou aspectos socioeconômicos dos/as estudantes de Serviço Social, dentre eles o perfil ainda marcante de mulheres no curso, e para além disso, identificou a realidade vivenciada pelos discentes. Nesse sentido, optou-se por construir uma reflexão que contemplasse as particularidades da gênese da profissão no Brasil, e seu histórico conservador, com as modificações do capital sobre os processos de inserção das mulheres na esfera produtiva. Buscou-se relacionar os dados da pesquisa “Perfil Socioeconômico dos/as Estudantes de Serviço Social da UFSM”, com o apanhado construído na análise da categoria Gênero e da categoria Trabalho. É uma pesquisa centrada na revisão teórico-bibliográfica, que prioriza a abordagem qualitativa e que tem por base o materialismo histórico dialético. Desse modo, verificou-se que as modificações oriundas do *modus operandi* do Capitalismo, configuraram o trabalho feminino sendo uma extensão do trabalho desenvolvido na esfera privada, implicando na inclinação das mulheres para profissões que historicamente se vinculam ao cuidado. Todavia, com as transformações no ingresso às Instituições de Ensino Superior (IES), o perfil da categoria discente vem se modificando, mas mesmo assim, as mulheres são as que mais ingressam no curso de Serviço Social da UFSM, mantendo o perfil de gênero da categoria. Portanto, compreendendo a pesquisa investigativa como parte do fazer profissional do assistente social, cabe ao Serviço Social uma reflexão crítica frente aos aspectos que historicamente vinculam a profissão ao cuidado, sendo exercido pelas mulheres, com os processos de modificação do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Feminização. Formação profissional. Gênero. Serviço Social. Trabalho.

ABSTRACT

GENDER AND VOCATIONAL TRAINING: A STUDY ON THE FEMINIZATION OF THE STUDENT CATEGORY OF THE SOCIAL SERVICE OF UFSM

AUTHOR: Karopy Ribeiro Noronha

ADVISOR: Dra. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

This work of course conclusion, which is presented here, has the general objective to understand the aspects that configure the profile of the student category, and, later in the professional category, Social Services, mostly female. The awakening to the theme took place from the attentive reading of the research carried out in the Social Service course of the Federal University of Santa Maria (UFSM), in 2017, which demonstrated socioeconomic aspects of/Social Service students, Among them, the still striking profile of women in the course, and in addition, identified the reality experienced by the students. In this sense, it was decided to build a reflection that contemplates the particularities of the genesis of the profession in Brazil, and its conservative history, with the modifications of capital on women's integration into the productive sphere. The study sought to relate the data from the research "Socioeconomic profile of/the Social Services Students of UFSM", with the survey constructed in the analysis of the Gender and Work category. It is a research focused on the theoretical-bibliographic review, which prioritizes the qualitative approach and which is based on dialectic historical materialism. Thus, it was verified that the modifications arising from the modus operandi of Capitalism, configured the female work being an extension of the work developed in the private sphere, implying in the inclination of women to professions historically linked to care. However, with the transformations in the entrance to Higher Education Institutions (IES), the profile of the student category has been changing, but even so, women are those who enter the course of Social Service of UFSM, maintaining the gender profile of the category. Therefore, understanding the research as part of the professional work of the social worker, the Social Service has a critical reflection on the aspects that historically bind the profession to care, being exercised by women, with the processes of changing the world of work.

Keywords: Feminization. Professional Training. Gender. Social Service. Work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA	13
2.1 O MÉTODO INVESTIGATIVO	13
2.2 OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	15
3. AS MODIFICAÇÕES DO TRABALHO E SUAS INFERÊNCIAS NO TRABALHO E FEMININO	18
3.1 O TRABALHO E SUA CONSTITUIÇÃO ENQUANTO CATEGORIA.....	18
3.2 O TRABALHO FEMININO NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	24
3.3 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E O TRABALHO FEMININO: OS CAMINHOS DO PERFIL DA CATEGORIA PROFISSIONAL.....	27
4. O SERVIÇO SOCIAL E AS MULHERES: UMA RELAÇÃO DE LONGA DATA	32
4.1 BREVE RESGATE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	32
4.2 ASPECTOS DO MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	35
4.3 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E SEUS REBATIMENTOS NA FEMINIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE LEITURA.....	37
5. ANÁLISE DO MATERIAL ESTUDADO	42
5.1 A PESQUISA “O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS/OS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA” A ESCOLHA E OS CAMINHOS TRAÇADOS PELAS PESQUISADORAS.....	42
5.1.1: O GÊNERO E O SERVIÇO SOCIAL	45
5.1.2: MÃES E ESTUDANTES.	51
5.1.3 OPÇÃO PELO CURSO.....	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1. INTRODUÇÃO

Antes que o/a leitor/a se debruce sobre o presente trabalho, é importante que saiba sobre as aspirações e as indagações que levaram esta iniciante pesquisadora à abordar a temática e as implicações da categoria trabalho na feminização da categoria discente do Serviço Social. Para tanto, é importante que se saiba que a abordagem da categoria gênero escolhida leva em consideração a leitura feita sobre as relações sociais de sexo, sendo o gênero determinado pelo sexo, pois acredita-se ser esta a leitura que mais se aproxima da realidade.

O eixo central do trabalho tem por base a polêmica abordagem das relações sociais de sexo, por entender-se que a leitura da categoria de gênero perpassa e é definida pela categoria sexo. Não é que se considere a leitura feita como superior a qualquer outra abordagem, na verdade, confia-se no tratamento que outras companheiras buscam desenvolver acerca das relações sociais de sexo, porém, considera-se que a leitura materialista, por vezes chamada de “radical”, como a mais coerente e passível de construção de uma nova ordem societária.

Com isso, não acredita-se que caiba a este trabalho aprofundar as novas abordagens do gênero pós-estruturalista, então, optou-se por trabalhar com a leitura marxista do gênero, entendendo-a como fruto de duas condições que emergem da forma como a vida é produzida e reproduzida; o capitalismo e o patriarcado. Ancorando-se na leitura do binômio homem-mulher, não por negar as mais variadas expressões do gênero, e sim, por acreditar que essa leitura é a mais adequada para esta pesquisa e para alcançar os objetivos propostos, além de ser a abordagem mais pertinente para pesquisadora, mulher e feminista

Portanto, para a realização da presente pesquisa, prezando pela responsabilidade ética expressa no Código de Ética do Serviço Social, desenvolve-se este trabalho com objetivo de construir e aprofundar os estudos sobre o perfil do Serviço Social no Brasil, para que este possa contribuir nas pesquisas da categoria.

Para a construção do trabalho, inicialmente, desenvolveu-se um projeto de pesquisa, o qual foi aprovado, e executado. Constituiu-se como objetivo geral, compreender os aspectos que configuram o perfil da categoria discente do Serviço Social como sendo majoritariamente feminina, trazendo para o centro do debate a feminização da categoria discente do Serviço Social sendo fruto de dois processos; o de gênese da profissão no Brasil em sua constituição conservadora, e a inserção das mulheres na esfera produtiva. Tendo em

vista a finalidade teleológica da pesquisa em Serviço Social, e, essencialmente, compreendendo a dimensão interventiva do Serviço Social, buscou-se desenvolver reflexões acerca do perfil da categoria para descortinar os resquícios conservadores que ainda se expressam na atualidade.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo. Para tanto, utilizou-se a pesquisa “O Perfil Socioeconômico dos/as Estudantes de Serviço Social da UFSM”, buscando correlacionar seus dados com as reflexões sobre o trabalho feminino e a feminização da categoria, os quais são fruto da revisão bibliográfica, tendo como referencial teórico as produções de pesquisadores que trabalham com as temáticas centrais para este estudo.

Esse trabalho é constituído por quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais do estudo. O primeiro capítulo é referente a metodologia da pesquisa que originou este trabalho, em que apontam-se as estratégias e caminhos trilhados para o desenvolvimento dos estudos sobre a feminização da categoria discente do Serviço Social

No segundo capítulo, apresenta-se uma discussão sobre a categoria trabalho, voltada mais especificamente para o trabalho feminino, suas modificações e a inserção das mulheres no mundo do trabalho. Também aborda-se a centralidade da família e os aspectos que configuram o trabalho na esfera privada e na esfera pública, debatendo a inclinação de homens e mulheres, respectivamente, às esferas da produção e reprodução.

No terceiro capítulo é desenvolvido o debate sobre o processo de gênese da profissão no Brasil e seu histórico conservador embasado na visão positivista, onde apresenta-se uma reflexão sobre os possíveis porquês que levam o Serviço Social a estar associado ao cuidado, a “ajuda” e ao feminino.

No quarto capítulo correlaciona-se os dados da pesquisa “Perfil Socioeconômico dos/as Estudantes de Serviço Social da UFSM” com as discussões realizadas nos capítulos anteriores, propondo uma reflexão diferenciada acerca dos dados, dando destaque aos que se vinculam a mães estudantes, sexo e opção pelo curso.

Por fim, conclui-se o trabalho com as considerações finais sobre a pesquisa, propondo a continuidade da pesquisa e o não esgotamento da temática, tendo em vista a pertinência do tema para o desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social. Realizando apontamentos sobre a temática e seus resultados.

2. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta quais foram os caminhos trilhados pela pesquisadora na construção do trabalho e também abarca o planejamento do processo investigativo e seus desdobramentos para finalização da pesquisa.

2.1 O MÉTODO INVESTIGATIVO

O presente trabalho surge com o objetivo de aprofundar os estudos sobre a relação da presença majoritária das mulheres estudantes no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e posteriormente no exercício da profissão, com o histórico conservador da profissão, trazendo para o centro da discussão a convergência da questão de gênero com a feminização da categoria profissional. Busca-se através da análise da pesquisa “O Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Serviço Social da UFSM” e da revisão bibliográfica das produções de profissionais do Serviço Social, desvelar como as questões de gênero influenciam no quadro discente da categoria.

O estudo propõe uma reflexão acerca da construção do quadro discente, compreendendo que a feminização do Serviço Social não se expressa como um fenômeno exclusivo da UFSM e se manifesta na categoria de forma geral, abrangendo todo o quadro brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa busca fortalecer a produção de conhecimento vinculado a categoria profissional, pois compreende-se que a pesquisa investigativa atravessa todo o processo de formação e contribui para a atuação do assistente social.

Sendo a pesquisa investigativa e a produção de conhecimento instrumentos que contribuem para a análise da realidade social e posteriormente para o avanço da profissão do assistente social, torna-se essencial o movimento que busca através dessa perspectiva desenvolver o campo de conhecimento e intervenção do Serviço Social, como aponta Guerra (2009, p. 13):

a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita.

Dessa forma, o trabalho visa contribuir na apreensão da realidade delimitada, a respeito da composição da categoria discente, no que tange a organização social, com base na caracterização das relações sociais de sexo e posteriormente na divisão sócio-sexual do

trabalho, analisando seus impactos na reprodução dos papéis de gênero, tendo como objeto de análise a feminização da classe discente do Serviço Social brasileiro.

Segundo Minayo, entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem:

[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade.[...] (1994, p.23)

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou desenvolver, através do método da análise de conteúdo de Bardin (1977), uma revisão bibliográfica qualitativa sobre os impactos da divisão sexual do trabalho na feminização da categoria profissional do Serviço Social, buscando estabelecer e entender a conexão entre os sujeitos e a realidade. Objetivou-se compreender como as relações sociais de sexo são benéficas ao sistema de reprodução do capital e de que maneira a divisão sexual do trabalho contribui na escolha das jovens estudantes por profissões que se associam a figura feminina.

Ainda segundo Minayo, a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (1994, p.22)

Tendo por base o objeto, optou-se por analisar e correlacionar os dados da pesquisa “O Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Serviço Social da UFSM” com os conteúdos produzidos na área do Serviço Social, tendo como principais categorias; a divisão sexual do trabalho e feminização do trabalho. Os dados foram analisados a partir do método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico e tiveram como método a análise de conteúdo hipotético-dedutiva onde se apresentam respostas ao objetivo, problema e a hipótese da pesquisa, levando em consideração as categorias do método dialético crítico, como a totalidade, a historicidade e a contradição.

Segundo Bardin (1977, p. 47), a Análise de Conteúdo se configura como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens,[...] indicadores

(quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção.”.

Ainda sobre o método da análise de conteúdo, a autora pontua que o mesmo se desenvolve a partir de uma sucessão de etapas, sendo elas: a pré-análise, que engloba o processo de leitura e organização dos indicadores; a exploração do material onde se codifica o material; e por fim o tratamento e a interpretação dos dados com base nos indicadores que se construíram na segunda etapa. Portanto, a análise dos dados se deu com base nas categorias construídas após o processo de análise dos materiais apreendidos na pré-análise.

2.2 OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Se constituíram como categorias para a execução da pesquisa, duas categorias que nortearam o processo de investigação. A primeira, e talvez a mais importante, é a categoria trabalho, que teve como subnível as ramificações acerca do trabalho feminino na América Latina, e em especial no Brasil, delineando as concepções sobre a divisão sexual e social do trabalho. A segunda categoria tem como base o Serviço Social e seu processo de gestação e implementação da profissão no Brasil, trazendo para o centro do debate as prováveis hipóteses da acerca do perfil da categoria profissional.

O método dialético é uma forma de compreender a realidade a partir da contraposição e contradição de ideias, pautadas nas categorias centrais do método, sendo elas; a totalidade; historicidade; contradição e mediação. É somente a partir da leitura com base no método de Marx que se torna possível compreender como os processos históricos atingem de forma direta as relações dos atores dos processos, o que implica na constante interação destes.

A pesquisa para e no Serviço Social deve objetivar uma finalidade teleológica que visa trazer respostas à sociedade. Como aponta Iamamoto (2007, p. 170) “quanto a necessidade de explodirmos com a visão endógena do Serviço Social e da vida universitária, prisioneira em seus “muros internos”.

Como afirma Minayo (1994), o objeto de pesquisa nas Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, e dessa forma a pesquisa adota este método como melhor estratégia para o estudo e apreensão do problema e da hipótese do trabalho.

Sendo assim, a execução da pesquisa se deu em três momentos. Inicialmente pela elaboração do projeto de pesquisa, onde se pensou a temática da pesquisa, a justificativa, os objetivos, o referencial que sustenta a pesquisa, a metodologia de execução e as metas a serem obtidas com a pesquisa. O segundo momento da pesquisa se constituiu pela revisão bibliográfica das produções do Serviço Social que contemplam as temáticas abordadas na pesquisa. Foram priorizadas as produções de mulheres da área das ciências sociais e aplicadas, em especial as escritoras do Serviço Social com abordagens para o marxismo contemporâneo. O último momento da pesquisa se deu com a construção do trabalho de conclusão de curso.

Os materiais analisados incluíram livros, artigos, dissertações, teses, anais de eventos e periódicos produzidos e publicados tais como, revistas do Serviço Social publicadas em forma de periódicos; produções sobre o histórico do Serviço Social no Brasil e informativos sobre o perfil, acesso e permanência das mulheres nas Instituições de Ensino Superior (IES), materiais estes que englobam as temáticas da divisão sexual do trabalho e da categoria trabalho sob a perspectiva do materialismo-histórico. Foram utilizadas as seguintes literaturas: **?!Inserción Laboral de las Mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria?** (ABRAMO, 2004); **O que é trabalho.** (ALBORNOZ, 2002); **Adeus ao trabalho?** (ANTUNES, 2003); **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** (ANTUNES, 2018); **Reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. In: Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social** (ÁVILA 2016); **Análise de Conteúdo.** (BARDIN, 1977); **Censo Demográfico 2010.** (IBGE, 2012); **Estatísticas de Gênero.** (IBGE, 2018); **Nota técnica: mulheres e trabalho, uma breve análise do período 2004-2014.** (IPEA, 2016); **Mulheres e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras.** (BRUSCHINI, 1978); **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** (CISNE, 2014); **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** (CISNE, 2012); **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional.** (CFESS, 2005); **Ofício À Central Globo de Jornalismo.** (CFESS, 2017); **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** (ENGELS, 1995); **O Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.** (FRAGA, et al.; 2019); **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do brasil, do chile e de cuba.** (GOIN, 2016); **Cadernos ABEPSS em Debate.** (GOMES, 1991); **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** (GUERRA, 2009); **Dicionário Crítico do Feminismo.** (HIRATA, et al,

2009); **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional.(IAMAMOTO, 2007); **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. (IAMAMOTO, 2014); **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007); **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais.** (IOP, 2009); Gênese do clientelismo na organização política brasileira. (LENARDÃO, 2004); **O Capital** . (MARX, 2013); **Pesquisa social:** teoria método e criatividade.(MINAYO, 1994) ;**A Feminização do Mundo do Trabalho.** (NOGUEIRA, 2004) ;**As Relações Sociais de Gênero no Trabalho e na Reprodução.** (NOGUEIRA, 2010); **Las brechas de Género en lá Producción Científica Iberoamericana** (OEI, 2019); **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo:** Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018. (OIT,2018); **Trabalho, cuidado e sociabilidade:** contribuições marxistas para o debate contemporâneo.(PASSOS,2016). **Trabalho, Gênero e Saúde Mental:** contribuições a profissionalização do cuidado feminino (PASSOS,2018);**O poder do macho** (SAFFIOTI, 1987); **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** (SCOTT, 1991); **Mulher e Política:** A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930- 1945) (SIMILI,2008); **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. (SPOSATI 1995); **Gênero, Marxismo e Serviço Social.**(SOUZA, 2014); **Gênero e Serviço Social:** desafios para uma abordagem crítica. (SOUZA; VELOSO 2015)

De posse das literaturas realizou-se uma leitura seletiva que permitiu identificar quais as leituras que poderiam contribuir para construção do trabalho, e em seguida foi realizada uma leitura analítica que selecionou as leituras que permitiram a sistematização do debate. Portanto, o presente trabalho buscou dar visibilidade ao tema proposto por meio da contextualização das modificações do trabalho feminino e seus rebatimentos na categoria discente do Serviço Social.

3. AS MODIFICAÇÕES DO TRABALHO E SUAS INFERÊNCIAS NO TRABALHO E FEMININO

O presente capítulo tem por objetivo elucidar o contexto do conceito de trabalho e as inferências na nova morfologia do trabalho na contemporaneidade, buscando compreender de que maneira estas influenciam no trabalho feminino na América Latina, trazendo para o centro da discussão uma breve análise das hipóteses que culminaram na feminização da categoria do Serviço Social. O capítulo se coloca como de suma importância para conceituar as modificações do capital e sua repercussão na precarização do trabalho feminino no Brasil, tendo em vista a divisão sócio-sexual do trabalho.

3.1 O TRABALHO E SUA CONSTITUIÇÃO ENQUANTO CATEGORIA

O trabalho pode ser definido como uma atividade que supõe uma finalidade. Ele se constitui como essencial para promover mecanismos de sobrevivência, tanto para os homens quanto para os animais, e também se apresenta como um mecanismo da existência humana.

Trabalho para Marx (2014) é antes de tudo: um ato histórico independente do modo de produção, seguido pela transformação da natureza e ao mesmo passo transformando homem/mulher. O que de fato difere o emprego do trabalho entre os homens e os animais é que o trabalho humano surge do processo de consciência dos indivíduos, e é carregado de intencionalidade, representando dessa maneira um salto ontológico.

Sendo os homens dotados de uma consciência que permite o desenvolvimento de relações para com os seus e com seu próprio espaço, então o seu trabalho se constitui como uma forma de socialização que conjectura um fim. Para tanto, no caso de se fazer trabalho, é necessária a ação do homem sobre a matéria-prima, a qual é transformada objetivando um resultado.

Segundo Albornoz (p.11-12, 2002):

O trabalho do homem aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a intenção e a direção do seu esforço. Trabalho neste sentido possui o significado ativo de um esforço afirmado e desejado para a realização de objetivos; onde até mesmo o objetivo realizado, a obra, passa a ser chamado de trabalho. Trabalho é o esforço e também seu resultado: a construção enquanto processo e ação.

Nos primórdios da história, nas sociedades coletivas, o trabalho se estruturava apenas como medida complementar da natureza, onde os indivíduos utilizavam dos

recursos e processos naturais da terra, como o plantio e a colheita, para garantir a sobrevivência. Entretanto, nesse dado momento, pode-se constatar que já se expressava uma divisão do trabalho masculino e feminino, em que os homens saíam à caça e as mulheres eram responsáveis pelo plantio e também pelo cuidado da família.

Essa divisão propiciou aos homens um maior conhecimento do espaço e a experiencição do coletivo, comparado a monotonia vivenciada pela mulher no espaço privado. Essas experiências construíram o homem como um ser mais preparado para enfrentar as adversidades, e, principalmente mais habilidosos e fortes.

Percebe-se que, enquanto a sociedade tinha um nível muito elementar de desenvolvimento econômico, todos necessitavam trabalhar. As diferenças vinham apenas das formas de trabalho, da divisão de trabalho. Essa divisão técnica do trabalho passou por diversas modificações no decorrer da história humana, porém, ainda que essas tenham alterado o modo de produzir e de se gerar mecanismos de sobrevivência, ainda hoje a divisão sexual do trabalho tem se expressado de forma marcante.

Na medida em que se alteram as definições do trabalho, a partir da concepção de que trabalho não se resume apenas em atividade braçal que necessita de força física, se institui a divisão social do trabalho que estabelece a diferenciação entre o trabalho intelectual e o trabalho físico. Porém, o trabalho humano, ou seja, o que é fruto da consciência do homem, sempre envolve essas duas esferas mesmo que uma se sobressaia à outra. Isso deve pela intencionalidade e pela capacidade de idealização.

Conforme Marx, em *O Capital*:

[...] o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (255-267, 2013)

Ainda sobre o contexto de emergência do trabalho voltado para a agricultura, evidencia-se o surgimento da noção da propriedade. É necessário ter em vista que, ao passo que a produção do plantio e colheita era realizada, se produziu um excedente de alimentos que circulava entre as famílias como moeda de troca. Conforme expõe Albornoz (p. 19. 2002), “ se eu trabalho esta terra com as minhas mãos, minha aplicação e força dos meus músculos, tenho a sensação de que me pertence o grão dela colhido [...], reivindico a posse ou direito de domínio[...]”.

Anterior a noção da propriedade, o conceito da organização familiar e da transferência de bens gerados, leia-se herança, assumia um caráter diferenciado, pois baseava-se na lógica do matriarcado, o qual conferia prestígio e respeito às mulheres por serem as que concebiam os filhos. Porém, ao passo que os homens, com base nas experimentações do trabalho fora da esfera doméstica, foram adquirindo espaço e acumulando bens, como por exemplo, os alimentos e os animais, eles usam dessas vantagens para apropriar-se da ordem de herança, convertendo o direito materno em direito paterno.

A dominação das mulheres pelos homens era essencial para dar continuidade a linhagem da herança, reforçando assim a condição de subalternidade das mulheres, e principalmente, ressaltando que a função social das mulheres era exclusivamente procriar. A conjunção do Estado, da família monogâmica e da propriedade privada deu origem ao que hoje chamamos de sociedade patriarcal. O Estado regula, legisla e media as relações entre os indivíduos, fortificando a família monogâmica em prol da propriedade privada e da classe dominante. (ENGELS, 1995)

O patriarcado¹ como sistema de opressão e dominação se respalda no modelo de família patriarcal centrado na figura de autoridade do homem. Essa configuração atribui aos homens e mulheres espaços que os vinculam respectivamente a esfera pública e a esfera privada. Essa designação associa os homens, tidos sempre como mais fortes e estáveis emocionalmente, a esfera produtiva, enquanto as mulheres que historicamente são definidas como mais frágeis e possuidoras de profunda sensibilidade, são associadas a esfera reprodutiva/privada.

Segundo Passos (2018, p. 285), “[...] foi no contexto da sociedade capitalista que a família nuclear se estabeleceu e perpetuou-se, sendo-lhe atribuída um papel extremamente importante na reprodução dos valores criados.”. Nesse sentido, Estado diferencia o trabalho exercido na esfera da produção e reprodução, tendo em vista que o trabalho doméstico constituindo-se como uma trabalho não remunerado permite ao Estado e ao modo de produção capitalista a exploração da força de trabalho feminina, pautando-se na justificativa da responsabilização das mesma pelo cuidado.

¹ [...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais” (SAFFIOTI, 1992, p.195). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgaWROai1XVGNYamM/view>>. Acesso em: 20 nov. 2019

De acordo com Nogueira (2004), é de interesses do capital constantemente diminuir os gastos com a reprodução da classe trabalhadora, sendo assim, o capital se apropria do trabalho feminino, o que acaba acarretando uma diminuição dos salários, afetando toda a classe trabalhadora. Percebe-se que o interesse do Estado sobre a permanência da mulher dentro do espaço doméstico é que a mulher, exercendo a função de cuidadora da casa e filhos, exime as funções do Estado em prover remuneração devida ao trabalhador.

As mulheres vinculadas ao trabalho doméstico e aos cuidados dos filhos, acabam por participar de forma efetiva na reprodução do capital, contribuindo para que seja possível, dentro do modelo de família patriarcal, que o progenitor, no caso o homem, tenha os recursos necessários dispostos pela mulher, como por exemplo, não ter de despender o seu tempo no cuidado e da casa e dos filhos.

Segundo Ávila (2015, p. 19), pondera-se que:

A conformação desta divisão sexual do trabalho, elemento central das relações sociais de sexo/gênero, mostra que a nova ordem estabelecida a partir de interesses do capital reestruturou relações anteriores de dominação patriarcal entre homens e mulheres. Sendo assim, essas dinâmicas de estruturação da nova ordem do capital e a reestruturação do poder entre homens e mulheres são inextricáveis do processo histórico na formação da sociedade capitalista.

Com o advento da Revolução Industrial, o capital requisita o trabalho da mulher não só na esfera reprodutiva, mas também na esfera produtiva. “Se antes o grande explorador da mulher era o próprio marido, agora, com a consolidação do sistema capitalista, a exploração, opressão e subjugação passam para as mãos dos donos dos meios de produção.” (IOP, p. 246. 2009).

Há de se pontuar também, que no Brasil, as mulheres casada só puderam exercer funções remuneradas a partir do Estatuto da Mulher Casada², que tratava dentre outras coisas sobre o direito das mulheres em não necessitar da autorização do marido para trabalhar, entre outras coisas, como o direito à herança.

O processo de reestruturação produtiva, iniciado na a partir da própria crise do capital na década de 1970, é marcado pela expansão do Toyotismo, que é um modelo de produção voltado para a acumulação flexível, e que se colocou como muito benéfico ao capital em razão dos preceitos da reestruturação da produção e do trabalho na nova ordem

² LEI Nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

metabólica do capital, além de marcar uma nova forma de organização da força de trabalho. Essa nova morfologia do trabalho atingiu diretamente os trabalhadores, ocasionando novas formas de trabalho precarizado em razão da diminuição da classe operária industrial em virtude da substituição da mão de obra humana pela automação.

Nesse momento, com o avanço da ofensiva neoliberal e com a reestruturação do modelo produtivo aos moldes da mercantilização, as mulheres acabam por se inserir no mundo do trabalho na esfera produtiva. Essa inserção das mulheres no setor produtivo não objetivava a sua emancipação ou justiça social, mas sim uma massa barata de trabalhadoras multifunções.

Segundo Antunes (2003, p. 45-46)

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há um processualidade contraditória que, de um lado, reduz o proletariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Diante do cenário de reestruturação produtiva, teve crescimento o setor de serviços, “[...] onde constatou-se uma concentração do trabalho feminino, [...] especialmente em serviços pessoais, domésticos, no comércio e no setor público. Já no setor industrial, sua participação é limitada, ficando ainda para os homens a dominação desse setor. ” (PASSOS, 2018 p. 74-75)

A entrada das mulheres no mundo produtivo, e sua agora posição como trabalhadoras assalariadas, foi carregada de pré-julgamentos que se baseavam nos costumes implicados ao que é ser mulher. Tinha-se o pré-conceito de que quando uma mulher adentra a esfera da produção ela abdica de sua função social como mulher e de seu espaço previamente destinado; o lar.

Historicamente as mulheres foram direcionadas para espaços que as vinculam a esfera privada, e como já é de conhecimento este trabalho não-remunerado sempre foi colocado como função da mulher. Se por um lado a inserção na esfera produtiva foi considerada um avanço na história das mulheres, ela também se configura como um problema, como aponta Nogueira:

as metamorfoses do mundo do trabalhos (dentre as quais supomos que a principal delas talvez seja a sua feminização) acabam sendo positivas uma vez que permitem

construir e avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as forças de dominação patriarcal no espaço doméstico. São também negativas, pois essas transformações vêm agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora (p.88, 2004)

A sua condição de desvalorização pode ser expressa pelo fato de que, mesmo exercendo as mesmas funções que o homem, a mulheres ainda recebem menos pelo trabalho executado. O barateamento do trabalho feminino se deu pela concepção arcaica de que o trabalho exercido pelos homens teria mais valor que o das mulheres, pelo simples fato de sua condição enquanto homem.

Cabe destacar que o patriarcado designa o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social (SAFFIOTI,1987). A concepção hierarquizada de que a figura masculina teria mais valor e deveria ser mais reconhecida se expressa nas relações de trabalho no modo capitalista por meio da divisão sócio sexual do trabalho

O fato de que a inserção da mulher no mundo produtivo se deu de forma massiva, assinala outra questão importante, pois a medida que essa se dava ocorria uma diminuição da presença masculina no mundo do trabalho. Esse encolhimento acontecia em função do barateamento do trabalho feminino, que se mostrava muito eficaz, e também pelo fato de que as mulheres estavam em massa nos setores de serviço.

O caso em específico do trabalho feminino na América Latina traz questões importantes para se pensar como se articula a desvalorização da mulher no mundo do trabalho. Segundo Nogueira (2004), se evidencia um aumento na participação das mulheres no quadro de trabalho na América Latina, porém esse aumento é inversamente proporcional ao salário recebido pela mesma pelo trabalho em tempo parcial.

A despeito das condições de remuneração das mulheres na América Latina, Abramo, afirma que:

Para algunos de los empresarios consultados en la referida investigación, las menores remuneraciones que reciben las mujeres se deben básicamente a que ellas están dispuestas a ganar menos que los hombres, como lo demostraría el hecho de que no es habitual que negocien las ofertas de remuneraciones y que se conformen más rápidamente con las primeras ofertas que se les presenten. Se dice, además, que esta actitud tiene relación con la centralidad de la familia en sus vidas, lo que significaría que, para ellas, el trabajo no es una obligación, como si lo sería para los hombres; debido a eso estarían dispuestas a ganar menos, con tal de tener más tiempo para la familia. (p.229, 2004).

Esse argumento reforça a ideia de que o trabalho feminino se constituiu para as mulheres como uma extensão da realidade de cuidadoras no lar. Pode-se afirmar que não

era intencional das mulheres ganhar menos, mas a responsabilização pelo cuidado da casa, filhos e marido é tão intrínseca e enraizada nas mulheres que mesmo quando o assunto é o trabalho, elas não podem se desvincular de suas atividades já predestinadas.

A autora ainda pontua que o trabalho fora de casa para as mulheres se caracterizava como secundário, sendo uma complementação do trabalho realizado dentro de seus lares. Dito isso, vale ressaltar que a ideia de que o trabalho na esfera produtiva era uma extensão do trabalho como cuidadoras, é fortemente vinculado aos ciclos impostos para as mulheres.

Se por um lado a presença das mulheres nos setores de prestação de serviços é marcante, é importante refletir sobre os motivos que afastam as mulheres das indústrias. Uma das grandes questões que permeiam o trabalho feminino, como já posto, é que a função de cuidadora da família é exclusivamente da mulher. Esse fato se coloca como um empecilho para sua entrada nas grandes indústrias, visto que sendo responsável pelos filhos elas não podem se dedicar inteiramente ao trabalho nas fábricas, tendo a necessidade de tempo flexível para eventuais demandas dos filhos.

3.2 O TRABALHO FEMININO NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Como já pontuado, o trabalho doméstico sempre foi invisibilizado pela não compreensão de que este não se configura como trabalho, haja vista que a força de trabalho, aos moldes da sociedade capitalista, só compõe os índices de globais quando remunerado. O fato é que o trabalho feminino, no trato do lar, e especificamente no cuidado da família, assumiu centralidade na vida das mulheres.

No Brasil, somente a partir da década de 1990 que a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) passou a incorporar os conceitos que vão de encontro com as transformações socioeconômicas e culturais da população brasileira, reestruturando as concepções acerca do que é trabalho, incluindo o trabalho doméstico nas estatísticas. Os dados mais recentes sobre o trabalho no Brasil, divulgados pelo relatório do Ipea, indicam que as mulheres ocupam atualmente a maior parcela de trabalhadores desocupados a mais de dois anos (28,8%), em comparação aos homens que ocupam a taxa de (20,3%).

As mulheres ocupam taxas significativas de desemprego e também compõem uma parcela significativa em atividades categorizadas como precárias no mundo do trabalho. A taxa significativa de mulheres no desemprego também ressalta o papel significativo que elas ocupam dentro da esfera privada, aspecto esses que rebatem diretamente na classe trabalhadora ocasionando uma pressão para o mantimento dos salários baixos, e, por

consequente, uma maior exploração. A questão central acerca da feminização do mundo do trabalho é que ela se coloca num contexto desigual, onde as mulheres se incorporam ao mundo do trabalho sempre como força de trabalho secundária precarizada.

Atualmente, o trabalho não se configura mais com base no binômio trabalhador-patrão. Se a nova formulação do modo de produzir teoricamente se expressaria pelo avanço das máquinas e da tecnologia colocando para escanteio os trabalhadores, há de se inferir que, essa nova morfologia impõe aos trabalhadores a necessidade de se reinventar para permanecer trabalhando.

Com o advento da era da tecnologia, o mercado dos serviços teve um salto exponencial, isso porque se antes a “classe que vive do trabalho” estava majoritariamente nas indústrias, nessa nova formulação, onde a força de trabalho humano é “substituída”, os trabalhadores buscam outras formas de viver do trabalho. Sendo assim, tem-se uma crescente no número de trabalhadores nas áreas de serviço e também no que se concebe como pejetização³ (ANTUNES, 2018).

Como reflexo do processo de inserção das mulheres no mundo trabalho, em que o labor se configurava apenas como uma extensão das atividades domésticas e pelas necessidades oriundas das transformações do capital, um grande contingente de mulheres vive do trabalho de tempo parcial. Essa subproletarização do trabalho implica diretamente na flexibilização e precarização do trabalho exercido pelas mulheres e dá tom as novas características da classe trabalhadora.

Sobre essas transformações Antunes (2003, p. 53) pontua:

Esta não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar dos setores de serviço. Esta mudança no setor produtivo e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres, em ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital, [...]

Se a reestruturação produtiva implicou diretamente na inserção das mulheres no mundo do trabalho, o panorama atual da feminização do trabalho exprime uma bipolarização do trabalho feminino no Brasil em função do sistema educacional, onde

³ “[...] consiste em obrigar o trabalhador a construir uma Pessoa Jurídica para executar trabalho próprio de Pessoa Física, com o intuito de mascarar a real relação existente, que é de emprego.” (ORTIZ, 2017, p.65). Disponível em: <<https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/juridica/article/view/437/417>>.

pode-se inferir que, as mulheres são mais instruídas que os homens em praticamente todos os níveis de escolaridade. (PASSOS, 2019)

Ainda, segundo Passos (2018), se por um lado tem-se um número considerável de mulheres formadas, exercendo funções de chefia e construindo suas carreiras profissionais, de outro lado, tem-se um contingente expressivo de mulheres que se encontram em profissões historicamente femininas, como por exemplo, as enfermeiras, professoras e também assistentes sociais. O que ocasiona diretamente um agravamento das desigualdades sociais entre as próprias mulheres.

O Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), divulgaram dados recentes sobre a condição de trabalho e remuneração das mulheres no Brasil. Segundo a pesquisa, “o rendimento médio do brasileiro cresceu quase 50% [...] Os homens, no entanto, continuam ganhando mais do que as mulheres, e os homens brancos ganham ainda mais [...]”

Percebe-se que, por mais que exista um crescimento no rendimento do brasileiro, os homens ainda ganham mais que as mulheres mesmo exercendo as mesmas tarefas. Em contrapartida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre a população com 25 anos ou mais que possui diploma de ensino superior, (23,5%) são mulheres, enquanto (20,7%) são homens. Nota-se que mesmo que as mulheres sejam a maioria no ensino superior e que atualmente sejam mais qualificadas, elas ainda enfrentam uma desvalorização dentro do mercado de trabalho.

As configurações das categorias de trabalho que são designadas às mulheres são reflexos do duro processo que as mulheres enfrentam diariamente em busca da garantia do trabalho menos precarizado e, por consequência, mais valorizado. Dito isso é válida a reflexão sobre de que maneira, mesmo sendo mais qualificadas, as mulheres ainda ocupam lugares menos valorizados e tidos como uma extensão de sua vida privada dentro de suas “limitações”. A pesquisa “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil” publicada no ano de 2018, revela que as mulheres ocupam apenas (39,1%) dos cargos de gerência no Brasil, enquanto os homens ocupam (60,9%).

Cabe destacar que, mesmo que as mulheres estejam em grande maioria em categorias profissionais consideradas femininas, como o caso da categoria do Serviço Social, os homens mesmo que em pequeno número, são recorrentemente mais lembrados. Isso se deve pela concepção de que o trabalho masculino teria mais valor de que feminino, pelo fato de que os homens seriam mais fortes tanto física quanto psicologicamente em

relação às mulheres, e, por conseguinte mais inteligentes e capazes. Essa concepção ultrapassada cai por terra quando se analisa o quantitativo de produção de conhecimento científico no Brasil.

Segundo o Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad, (72%) dos artigos produzidos no Brasil tem pelo menos uma mulher como autora. Portanto, mesmo com as significativas alterações no mundo do trabalho que possibilitaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho, estas seguem envoltas um sistema que ainda às desvaloriza e explora, com o único objetivo de lucrar.

3.3 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E O TRABALHO FEMININO: OS CAMINHOS DO PERFIL DA CATEGORIA PROFISSIONAL.

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista advém do processo de modernização do capital, que resulta na polarização agudizada do acirramento das classes sociais. Essa polarização exigiu do Estado uma intervenção que apaziguasse os conflitos resultantes da contradição capital *versus* trabalho.

No Brasil, o Serviço Social se institui na década de 30 no contexto da Era Vargas, em função da necessidade de se construir políticas que atendessem os interesses do Estado em amenizar os conflitos de classe. A estratégia de intervenção do Estado Varguista carregava consigo a ideia da benevolência do Estado para com as classes subalternas, e se configurava com um caráter assistencialista, ou seja, as intervenções tinham como objetivo fortalecer a relação de dependência e dominação do trabalhador para assegurar a reprodução do Estado. (CISNE, 2012).

Ainda sobre as intenções do Estado, Cisne pontua que:

[...] o Estado utiliza-se da figura da mulher, com todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da questão social e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais. Há, assim, uma orgânica relação entre Serviço Social, políticas sociais, “questão social”, gênero e capitalismo monopolista. (CISNE, 2012, p. 43).

A responsabilidade pela execução das políticas sociais foram delegadas a figuras femininas e importantes no cenário. O primeiro-damismo nasce como estratégia do Estado para contornar o acirramento de classes, e principalmente, para que o Estado pudesse abdicar de suas funções de intervenção na questão social, delegando as figuras femininas, como a primeira-dama, a responsabilização sob a desordem social.

Isso evidencia que o cunho assistencialista das políticas, e a responsabilização das mulheres pelos desarranjos da época, demonstram a concepção do Estado para com as políticas sociais, e, principalmente, o entendimento de que a questão social não merecia tanta atenção pública, e que para resolvê-la as mulheres seriam mais aptas, porque a sensibilidade estaria em seu cerne. Dessa forma, o Estado incentivava a criação de espaços filantrópicos onde as mulheres poderiam compartilhar de sua extrema sensibilidade para ajudar nas demandas sociais sem abdicar de suas tarefas domésticas, como demonstra Simili:

Historicamente, as relações sociais de gênero incentivaram a participação feminina nos meandros caritativos e filantrópicos, por causa das características tidas como "naturais" pelos homens nas mulheres, a propensão para a caridade, a bondade e o amor ao próximo, inerentes ao sexo feminino. Uma das razões para o incentivo masculino era o de que o envolvimento da mulher com a filantropia não significava o abandono da família, dos filhos, pois doavam o que tinha para dar "tempo livre" e "amor aos desamparados". Para os homens, ao praticarem a caridade, as mulheres exercitavam a capacidade de amar e de cuidar (2008, p. 121).

As atribuições da prática do Serviço Social, “se configuram, no seu surgimento, com fortes traços confessionais, [...] adequando-se às funções socialmente imputadas às mulheres pelo patriarcado: o casamento e a maternidade” (CISNE, 2012, p. 54). A abertura para inserção das mulheres no mercado de trabalho, no exercício do Serviço Social, era estritamente vinculada ao fato de que a profissão permitia que o trabalho executado fosse uma extensão do trabalho de cuidadora e mantenedora da ordem, que era reproduzido na vida privada dentro de seus lares.

Moldava-se dessa forma o perfil do profissional, que nada mais era do que a articulação de qualidades naturalmente atribuídas às mulheres. As características, historicamente atribuídas às mulheres - doces, amáveis, pacientes e sensíveis - foram incorporadas pelo Estado no sentido de contribuir para a sua plena perpetuação. (CISNE, 2012).

O *modus operandi* do patriarcado, aliado ao capitalismo, configura papéis e atividades a serem desenvolvidas por homens e mulheres. Este fato está intrinsecamente relacionado com a divisão sócio-sexual do trabalho e os padrões de exploração e dominação. O fazer profissional do assistente social era totalmente vinculado a ideia do ajuste para a preservação da ordem moral e social, tendo como base a família e como foco a mulher, já que seria através dela que se atingiria o homem.

O perfil de “boa mulher”, da que cuida, que protege e que regenera e salva os indivíduos da anarquia foi personificado na figura do assistente social. As mulheres buscam a profissão como uma extensão das atividades doméstica, já que somente elas poderiam alinhar a situação de desordem, com as suas qualidades de boa mãe, boa esposa e cidadã de bem.

A partir dos anos 80, o Serviço Social toma uma nova forma e conteúdo com a atualização das bases teóricas da profissão, apartando-se da corrente positivista e se aproximando da teoria marxista. Esse fato não altera de forma significativa o perfil da categoria profissional, que mantém a sua maioria composta por mulheres. Segundo a pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional.” (2005), confirmando a tendência histórica da profissão, a categoria das (os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas (3%) de homens..

O Serviço Social é marcado pela predominância feminina. Isso porque as ações e profissões voltadas para o cuidado foram historicamente delegadas às mulheres, pela compreensão de que estas seriam mais sensíveis às fragilidades humanas. Segundo Cisne (2012), “há uma vinculação histórica entre as mulheres a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade, com o equilíbrio e harmonias sociais, enfim, com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora”.

O histórico de inserção da profissão não se configura com a realidade da prática profissional inserida em processo de trabalho exercido atualmente pelos assistentes sociais, porém a vinculação das mulheres ao cuidado e às expressões da questão social se expressa ainda hoje quando se analisa os lugares ocupados por mulheres no mercado de trabalho. Dados do último Censo de 2010 demonstram que as mulheres brasileiras estão em maior número na seção de atividades domésticas, atingindo a marca de (92,7%), sendo seguida pelas atividades na Educação (75,8) e da Saúde humana e serviços sociais (74,2%). Restringindo-se em grande parte a profissões vinculadas à esfera privada e ao cuidado.

Atualmente, com a expansão das universidades, as mulheres acessam o ensino superior em busca de uma qualificação que garanta uma posição no mercado de trabalho. Por esse motivo existe um crescente no número de mulheres ocupando vagas nas universidades e posteriormente adentrando o mercado de trabalho. Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, as mulheres são (57,2%) dos estudantes de graduação. Já a pesquisa realizada no ano de 2017, na UFSM, revela que (83%) dos estudantes de Serviço Social da instituição são mulheres.

Isso se deve pelo fato de que, até hoje, mesmo depois de processo de reconceituação da profissão, o Serviço Social e as profissões vinculadas historicamente ao cuidado, são designadas às mulheres, devido ao que se tem construído acerca da sensibilidade. Por mais que as diretrizes e bases teóricas da profissão tragam para centro do fazer profissional a vinculação da/do assistente social, com o objetivo de construir junto aos usuários dos mais variados serviços a concepção acerca de seus direitos, muitas jovens ingressam no curso por todo o Brasil, com a ideia de fazer o bem, até mesmo com discurso de que são pessoas muito boas e adoram ajudar.

No decorrer da graduação em Serviço Social, e com aproximação às bases da profissão, a ideia da benevolência frente a questão social cai por terra. Porém, os motivos que levam as mulheres a optarem por profissões relacionadas a sensibilidade e ao cuidado para com os outros indivíduos, estão vinculadas aos espaços direcionados às mulheres no mundo do trabalho. Estas profissões se colocam como uma extensão dos afazeres relacionados ao lar e a família, novamente reforçando o que se tem implicado as mulheres.

Segundo Bruschini (1970, p. 6)⁴ :

[...] o fato de que o aumento do número de mulheres que têm procurado as universidades nos últimos anos tem sido canalizada para determinadas carreiras consideradas femininas, o que mostra que a chamada “emancipação da mulher”, ocorrida nos últimos anos, constituiu uma vitória bastante parcial, na medida em que permitiu ela o acesso a uma instrução mais elevada, porém desde que em áreas socialmente desprestigiadas ou desprezadas pelo sexo oposto

Uma breve reflexão sobre os espaços ocupados pelas mulheres no mundo do trabalho, traz à tona uma importante questão a ser assinalada, de que as mulheres sempre estiveram em setores, os quais exigiam grande força de trabalho físico, mas sempre em locais de menor notoriedade e com salários abaixo da média. Isso porque a desvalorização e precarização do trabalho feminino é reflexo dos espaços os quais os homens não poderiam ocupar, em razão de sua masculinidade e do desprestígio.

Sendo assim, a questão das mulheres e seus desdobramentos no mundo do trabalho, com vistas a construir uma reflexão sobre a feminização da categoria discente, e, por conseguinte da categoria profissional, evidencia-se a necessidade de propor ponderações

⁴ “Mulheres e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras” Maria Cristina Aranha Bruschini, 1970.

acerca das escolhas das mulheres por profissões voltadas ao cuidado, e principalmente, mais desprestigiadas no mercado de trabalho.

Portanto, tendo em vista a pouca produção científica voltado para as condicionantes que influenciam processo de escolha das mulheres por profissões historicamente voltadas ao cuidado, torna-se importante contribuir para o fomento do debate acerca da questão e das imposições sobre os espaços que devem ser ocupados pelas mulheres e seus encadeamentos no mundo do trabalho.

4. O SERVIÇO SOCIAL E AS MULHERES: UMA RELAÇÃO DE LONGA DATA

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância.”
(*Simone de Beauvoir*)

O presente capítulo objetiva realizar uma breve retomada histórica acerca da gênese e constituição das políticas sociais no Brasil, trazendo para o centro do debate a relação do Serviço Social para com as mulheres. Nesse sentido, busca-se pontuar de que maneira o histórico conservador das políticas sociais e a inserção do Serviço social, culminaram no perfil feminino da categoria.

4.1 BREVE RESGATE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O fazer profissional do assistente social tem como objeto a questão social⁵, e são nas refrações da reprodução social que os assistentes sociais atuam, buscando desenvolver mediações e respostas frente às contradições oriundas da contradição capital *versus* trabalho, tendo sempre como horizonte a superação do capitalismo e a construção de uma nova ordem societária.

Porém, as raízes da profissão se alicerçaram no conservadorismo, e, principalmente no ideário desenvolvimentista conservador do Brasil da década de 30. As intervenções nas expressões da questão social, como base no assistencialismo, se pautavam em ações voltadas para apaziguar os conflitos de classe, numa perspectiva enraizada na benevolência do Estado para com os sujeitos, e tinham como objetivo prover o mínimo a classe trabalhadora, evitando assim uma possível organização dos trabalhadores em prol de seus direitos.

Os desdobramentos da questão social foram concebidos como problemas oriundos de uma espécie de “desordem social” que somente poderiam ser resolvidos com a retomada de valores morais. Assim, se constroem mecanismo para garantir o processo de alienação da classe trabalhadora, através de pequenas intervenções baseadas no clientelismo e

⁵ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77)

assistencialismo⁶ que visavam a perpetuação da política do Estado sem qualquer tipo de conflito com as demandas da classe trabalhadora.

Os valores do capitalismo têm base histórica na dominação dos sujeitos a fim de fazer a roda gigante do capital girar, por este motivo é necessário que o ideal conservador seja mantido, impossibilitando assim qualquer desvio que influencie na manutenção da ordem capitalista. É nesse contexto que o Serviço Social brasileiro emerge, numa conjunção dos ideais do Estado burguês com as práticas conservadoras da Igreja, visando a perpetuação do mercado e o restabelecimento da ordem.

Foi sob a perspectiva de que a reorganização da vida social só poderia se concretizar com base na retomada dos preceitos cristãos, que a figura da mulher e da família ganha centralidade, não só no perfil da categoria de assistentes sociais, mas também no enfrentamento da questão social.

A família se constitui historicamente na centralidade da figura do homem e na submissão conferida às mulheres, que por sua vez são as responsáveis pela criação e educação dos filhos. Nessa perspectiva, as desordens sociais poderiam ser superadas com ações que reafirmam os valores da família nuclear, através da figura da mulher essencialmente mãe e cuidadora.

O surgimento do Serviço Social em quando curso de graduação teve seu marco em 1936 na Escola de Serviço Social de São Paulo, por meio do Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo, esse espaço conjugava os ideais da Igreja Católica e o interesse do Estado em “resolver” os problemas dos operários. A relação dos preceitos da Igreja católica com base em seus valores conservadores e o poder do Estado Autocrata formam a receita perfeita para o controle da classe trabalhadora com base no Humanismo Conservador, tratando da questão social sob uma perspectiva não crítica vinculada estritamente a moralidade. (CISNE, 2012)

Os requisitos para o ingresso no Serviço Social na Escola de Serviço Social de São Paulo, são um dos indícios que levam a uma feminização da profissão desde sua gênese, concebendo a profissão como fruto de valores naturais das “cidadãs de bem”:

⁶ “O assistencialismo (...) é o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. Este é transformado em um dependente, um apadrinhado, um devedor.” (SPOSATI, 1995, p. 3)

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. Será, portanto, indispensável para o recrutamento dos futuros assistentes critérios bem definidos. Desde sua fundação, a Escola de Serviço Social de São Paulo apresenta como exigência funcional para matrícula: 1. ter 18 anos completos e menos de 40; comprovação de conclusão do curso secundário; apresentação de referências de 3 pessoas idôneas; submeter-se a exame médico” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 221).

Nesse contexto, se constrói um dos aspectos mais marcantes do Serviço Social, a presença esmagadora de mulheres em seu quadro, devido a aproximação da figura da mulher as práticas do Serviço Social. Sendo assim, a profissão de assistente social se configura para as mulheres como uma extensão da vida privada e uma oportunidade de adentrar o mercado de trabalho. Para tanto, eram necessárias características vinculadas a feminilidade, como; paciência; bons modos; modéstia; simplicidade, entre outras, evidenciando dessa maneira quais são os espaços destinados às mulheres sob a ótica de dominação do capital.

Entretanto, as profissionais que puderam se inserir na profissão advinham da classe burguesa, ideia essa que anteriormente foi reforçada pelas práticas do primeiro-damismo que se calcava na figura da primeira-dama como o exemplo da mulher a ser seguido. É justamente nessa relação da questão social para com as mulheres que os assistentes sociais voltam suas práticas, visando fortalecer a centralidade da família e voltando os desdobramentos da questão social para a mulher, sob uma perspectiva de adequação dos indivíduos com o meio.

Portanto, cabe salientar que o capital utiliza da figura da mulher frente a questão social em dois aspectos; o primeiro é que as expressões da questão social, tidas como desordem, só poderiam ser sanadas quando a mulher assumisse as “rédeas” da situação no seio da família, canalizando assim o enfrentamento da questão social para a família na figura da mulher. O segundo aspecto é que mais uma vez o capital responsabiliza a figura da mulher no Serviço Social como a única capaz de transmitir os ensinamentos necessários aos desajustados na forma da assistente social. Como relata Iamamoto e Carvalho:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas

ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (2007, p. 172).

O Humanismo Cristão que embasava as práticas do Serviço Social não se constitui como uma ciência, e sim como uma perspectiva doutrinária tendo como base a fé. Sendo assim, a questão social foi abordada como um problema de ordem moral e religiosa, e as políticas voltadas para o enfrentamento da questão social objetivavam o ajustamento de condutas que divergiam do esperado.

4.2 ASPECTOS DO MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Com a expansão do modo de produção capitalista, embebido de políticas neoliberais, e seus reflexos na questão social na América Latina, a categoria profissional busca romper com os ideais do Estado no que tange o enfrentamento das expressões da questão social. Somente a partir do que concebemos como movimento de Reconceituação Latino-Americano que se estabelece uma aproximação da categoria com o marxismo, visando a ruptura com conservadorismo enraizado na gênese da profissão.

As modificações no capital e os processos políticos vivenciados no Brasil nas últimas três décadas do século XX evidenciam transformações no ideário ético-político da profissão, afirmando o lugar que o Serviço Social deve ocupar na luta de classe: a trincheira da classe trabalhadora; iniciando a intenção do processo de ruptura com conservadorismo.

Sobre a conjuntura que deu forma às lutas dos movimentos sociais e transformações do Serviço Social, Iamamoto aponta:

A década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia o projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional [...]. Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista- no diálogo com outras matrizes analíticas- e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Reconceituar significa dar um novo conceito ao que já conhece. Nesse sentido, o movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro emerge de questionamentos e reflexões da categoria profissional acerca da prática profissional. As proposições sobre o

âmbito técnico do Serviço Social são frutos de reflexos conjunturais da realidade vivenciada na América Latina e dos movimentos no interior da categoria profissional.

A América Latina não é um bloco homogêneo, por este motivo o movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina leva em consideração as particularidades vigentes em cada um dos países. Quando tratamos da América Latina devemos considerar o histórico de exploração e apropriação dos países imperialistas que deixaram marcas nas estruturas socioeconômicas dos países, e que se evidenciam até o presente momento.

Portanto, o movimento de Reconceituação na América Latina não pode ser caracterizado como homogêneo, visto que conjunturas vivenciadas pelos países expressam condições objetivas diferentes, e, principalmente, deve-se considerar que o movimento de Reconceituação não foi imediatista, ele se construiu durante cerca de 20 anos culminando no projeto ético-político da profissão.

No Brasil, ao passo que as mudanças do Estado vão se expressando, existe a necessidade do Serviço Social se transformar no âmbito técnico e formativo, buscando qualificar os profissionais para apreensão e intervenção da realidade. Sobre a articulação de ambas as esferas, Goin trata da passagem do fazer profissional, antes vinculado ao intuitivo e agora estabelecendo uma relação racional:

Mais do que a ruptura com análises pseudo-concretas e reflexões acrílicas, esse enredo formativo pressupõe o entendimento de que nada está fechado, pronto, com receituário interventivo, mas supõe o deciframento do aparente, do que está posto, do dado, do imediato e a inserção em lutas e enfrentamentos que ultrapassam a pseudoneutralidade profissional. Isso perpassa uma densa e sólida formação profissional, que aglutine o significado sócio-histórico dessa incorporação, bem como os desafios impostos e suas implicações no cotidiano profissional. Nessa ótica, o processo de formação profissional deve estar pautado criticamente na constituição de condições objetivas para a defesa de um projeto de caráter crítico, de modo a passar de um trabalho fetichizado e reiterativo para um competente, que aglutine mediações entre as bases formativas (teórico- - metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas) e a operatividade do trabalho profissional. (GOIN, 2016, p.36).

A instituição do Serviço Social como graduação foi ponto essencial e também uma expressão política para a categoria. Pois, ao passo que a requisição dos profissionais resultou em sua inserção nas instituições de ensino, o Serviço Social se aproxima do diálogo com as ciências humanas e sociais, e, é também nesse espaço que se articulam as lutas do movimento estudantil considerado uma forma de resistência importante nas movimentações sobre a conjuntura política brasileira.

4.3 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E SEUS REBATIMENTOS NA FEMINIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE LEITURA

Segundo Scott (1991, p.21), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. As relações entre os sexos se constroem com base nas estruturas de gênero, que se baseiam na diferenciação entre os sexos. Essa relação é fruto das construções sociais que implicam na definição de papéis, os quais devem ser assumidos por determinado sexo de maneira que contribuam para a reprodução do modelo de família patriarcal, e, por conseguinte a reprodução do capital.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009, p.67).

Para tanto, é importante ressaltar que o gênero perpassa pelas determinações do sexo, isso significa que opção por esta abordagem está diretamente relacionada a uma leitura das determinações sociais e seus rebatimentos com base no viés materialista, como explicita Cisne:

o uso de relações [*rappports*] sociais de sexo, classe e *raça*/etnia deixa explícitas as contradições e conflitos entre grupos/classes de interesses antagônicos. Pois, ao tratar de relações sociais de sexo, tratamos de relações mais amplas que não se limitam as dimensões pessoais, individuais, mas que estão diretamente associadas às determinações macroestruturais (2014, p.62)

Dentro dessa perspectiva, as relações sociais de gênero devem ser pensadas de forma relacional, ou seja, os estudos não se esgotam nas análises do sexo feminino, por isso a análise inteiramente debruçada sobre o sexo feminino dá ênfase a dominação, mas não situa a relação de dependência dos sexos. É de suma importância analisar as relações de gênero sob a ideia de reciprocidade dos sexos e sua codependência. (SCOTT, 1991).

Ao analisar como se dão as relações sociais de sexo é importante ressaltar a abordagem da categoria gênero. O gênero como categoria de análise possui diversas interpretações, fato este que sinaliza a importância de salientar que a perspectiva de gênero abordada neste trabalho é marxista pois entende-se “[...] que o método materialista é o mais

adequado para apreender o gênero, por desenvolver um movimento que, utilizando-se da totalidade e da história, desfetichiza e desnaturaliza os fenômenos sociais. ” (SOUZA, 2014, p. 19).

Dessa maneira, se utiliza da expressão relações sociais de sexo ao invés de relações sociais de gênero pois “[...] acreditamos que a adoção do conceito feminista francófono de ‘relações sociais de sexo’ corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política que buscamos empreender [...]: a marxista.” (CISNE, 2014, p. 111).

Sobre o conceito Hirata, et. al pontua que:

A divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo são conceitos que estão na base da teoria materialista do feminismo francês de inspiração marxista. Essa divisão atravessa todo o tecido social e incide tanto no trabalho doméstico e reprodutivo como no trabalho propriamente produtivo; ela é resultante das relações sociais de sexo. (2009, p.10)

Entende-se que o modo de produção capitalista e o patriarcal se desenvolvem de formas separadas, mas operam de maneira conjunta para garantir a reprodução plena do capital. Sendo assim, as relações recíprocas entre esses modos de dominação e exploração exercem influência na perpetuação das estruturas socioeconômicas.

O fato é que essas determinações ocasionam uma hierarquização dos espaços estabelecidos a ambos os sexos, apesar disso, existe a possibilidade de que homens e mulheres transitem por diversos espaços no mundo do trabalho mas, faz-se necessário pontuar que as atribuições e espaços destinados às mulheres se caracterizam como mais desvalorizados, menos desejados e mais subalternos, “[...] isso porque a divisão sexual do trabalho está no interior da divisão social do trabalho [...]” (GOMES, 1991, p.73)

A subordinação da reprodução à produção se expressa também nas profissões dispostas para as mulheres. Tem-se um grande contingente de mulheres exercendo funções que se assemelham ao trabalho exercido na esfera da reprodução, e, por conseguinte, ao cuidado. As mulheres destacam-se nas profissões vinculadas ao social, a saúde e ao cuidado de terceiros, e o Serviço Social, assim como as mulheres, atuando na reprodução social, é tido como uma profissão subalterna e feminina pois não confere prestígio.

Acerca do perfil da categoria profissional do Serviço Social e sua relação com o feminino, Souza e Veloso pontuam:

O Serviço Social está inserido tanto em uma “divisão social” como em uma “divisão sexual” do trabalho, tendo esta como base para a subalternidade da mulher em relação ao homem. O fato do Serviço Social ser uma “profissão

feminina” nos leva a supor que o gênero tem um papel importante na definição da profissão, não simplesmente por ela ser composta majoritariamente por mulheres, mas por haver, tradicionalmente, uma designação social das mulheres a essa carreira. (2015, p.162).

O quadro da profissão é regido também pela lógica da organização da sociedade acerca do sexo, onde uma maioria esmagadora é composta por mulheres. O gênero fundamenta os locais ocupados por homens e mulheres, e, portanto, fundamenta também a composição dos quadros de profissões ditas como masculinas ou femininas, e sendo o sexo o elemento central da divisão sexual do trabalho, ele também se expressa como elemento constitutivo da realidade social. (SOUZA; VELOSO, 2015)

O expressivo contingente de mulheres no Serviço Social se deve ao fato de que, como já mencionado, a profissão foi historicamente vinculada à prática assistencialista e do cuidado, esta que por sua vez foi também factualmente vinculada às mulheres. As características imbricadas a profissão em seu processo de inserção ainda conferem ao exercício dessa o desprestígio e o status de subalternidade. Essa subalternidade conferida⁷ a profissão, e, principalmente às mulheres, se deve pelo que se tem construído acerca da questão social e do fazer profissional do Assistente Social.

Sobre o descrédito conferido a profissão e a presença das mulheres nos quadros do Serviço Social, Netto responde às colocações feitas por Suely Gomes:

[...] mulher não deve cuidar de coisas muito importantes. Quando ela sai de casa, se não é para tocar piano e dançar ballet, vamos deixar ela fazer a caridadezinha, esse negocinho menor, subalterno. Isso já mudou, hoje a presença da mulher é marcante, embora ela não se reflita institucionalmente na sociedade brasileira com força que de fato [...] Agora, eu acho que isso está vinculado ao subextrato assistencialista da profissão. Na nossa cultura, o assistencialismo é predominantemente feminino. Só nos seus pontos de direção é que há a presença masculina. Então a mulher é a executiva do assistencialismo, daí essa presença massiva, e, claro, está vinculada a um estatuto subalterno de mulher, a um estatuto verdadeiramente de dominação. (GOMES, 1991, p. 74)

Um dos marcos no Serviço Social brasileiro é a institucionalização da Política de Assistência Social⁸, em 1988, com a Constituição Federal, como direito de todos sem o requisito de contribuição ou de carteira assinada. Talvez seja a política de Assistência

⁷ “A pergunta pela identidade é, pois, uma pergunta de natureza histórica, dialética, que sintetiza/articula dialeticamente o que somos, a forma de ser de profissão, o que fazemos, a forma pela qual a profissão aparece socialmente, ou seja, o conjunto de intervenções que realiza em um dado momento histórico, e o que aspiramos fazer a partir das determinações ético-políticas de nosso projeto profissional e dos desafios e demandas que emergem da realidade cotidiana” (MARTINELLI, 2013, P. 151).

⁸ Somente em 1993 que a Política de Assistência Social foi sancionada na Lei 8.472/93, usualmente chamada de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Social um dos pontos cruciais para entender a relação entre a categoria de gênero e o Serviço Social.

Para tanto, é necessário compreender que as políticas sociais no Brasil, em especial as que são concebidas como políticas familiares dentro do tripé da Seguridade Social-Saúde, Previdência Social e Assistência Social- tem como foco as mulheres, que em grande maioria são as chefes de família.

A Política de Assistência Social e seus programas com foco na redistribuição de renda, como por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), um dos programas mais acessados pelos brasileiros em situação de vulnerabilidade social, traz uma questão no mínimo interessante para a reflexão sobre a relação das mulheres e do Serviço Social.

O PBF tem como prerrogativa a responsabilização de um usuário pelo cadastro familiar, essa pessoa é responsável pela atualização do cadastro anualmente, por viabilizar as frequências das crianças e adolescentes em fase escolar e também pela pesagem das crianças e meninas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O fato é que, segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS) as mulheres são responsáveis por cerca de (91%) dos cadastros e pela administração do recurso. Se por um lado é importante que as mulheres possam gerenciar o valor do benefício retornamos a questão de que as mulheres ainda são responsabilizadas pelo Estado no trato das expressões da questão social. E, é dentro da política de Assistência Social que as assistentes sociais estão em maior número, o que transborda uma questão muito importante e particular a respeito do Serviço Social e a política: são as mulheres, assistentes sociais, que atuam na política de Assistência Social, e são as mulheres, as usuárias que acessam a política.

Outra grande questão que expressa a relação estreita do Serviço Social com o que é socialmente imbricado às mulheres, é que o histórico da profissão associado a lógica de reajustar os indivíduos, é muito similar às práticas que se esperam das mães em seu processo de educação dos filhos na esfera privada. É assim que se constrói a concepção do senso comum até hoje de que de certa forma os assistentes sociais educam e ajustam os sujeitos.

O desconhecimento acerca do fazer profissional do assistente social ainda é vinculado a gênese da profissão no Brasil, ou seja, tem-se a ideia de os assistentes sociais “dão” coisas aos usuários como forma de sanar demandas emergenciais, como por exemplo a fome. Recentemente o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFESS) publicou um

ofício que foi enviado a Rede Globo de Televisão e que questionava a representação dos assistentes sociais, onde a emissora apresentava, mesmo que de forma humorística, uma visão deturpada do fazer profissional da categoria, vinculando o trabalho dos assistentes sociais a uma ideia atravessada acerca da ética profissional.

Segundo o ofício do CFESS, a conselheira presidente da autarquia pontua que:

É triste visualizar que a maior emissora de televisão do Brasil produza programas que, embora fictícios, estigmatizam a população usuária dos serviços sociais, população que vive todos os dias profundas desigualdades sociais e discriminações de diferentes formas, bem como a categoria profissional de assistente sociais, que tem um compromisso com a classe trabalhadora e com o acesso aos direitos humanos para esta população. Torna-se inadmissível que esta emissora estereotipada, ridicularizando a imagem da profissão em rede nacional, bem como as pessoas em situação de pobreza. (2015. p.1)

Essas vinculações da figura da assistente social como uma pessoa que “odeia pobres” e busca reajustar os indivíduos, reforça a concepção do senso comum acerca do Serviço Social baseado nas práticas policialescas. Visão esta que dificulta não só o trabalho do assistente social no processo de construção de saberes acerca dos direitos e seu acesso, bem como estigmatiza o usuário dos serviços.

Portanto, a relação das mulheres e do Serviço Social perpassa todo o processo de inserção da profissão no Brasil e seu histórico conservador, tendo dessa maneira ocasionando a presença massiva de mulheres nos quadros da profissão. Também pode-se inferir, que essa expressão está vinculada aos processos oriundo da relação de contradição do capital e do trabalho, e principalmente, da divisão sócio sexual do trabalho. Evidencia-se que existe muito para avançar no que tange às concepções do senso comum sobre o fazer profissional do Assistente Social.

5. ANÁLISE DO MATERIAL ESTUDADO

Como já pontuado no capítulo referente à metodologia, a última parte deste trabalho tem por objetivo correlacionar os dados da pesquisa “Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria” com as reflexões construídas nos capítulos anteriores acerca das presunções sobre a feminização da categoria discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. Objetiva-se demonstrar de forma sistemática a conexão entre o Serviço Social e sua categoria majoritariamente feminina, aos processos de manutenção do capital.

Desta forma, é importante ressaltar que sendo o Serviço Social uma profissão que abarca a dimensão da totalidade de realidade dos indivíduos, inseridos na sociedade capitalista, a análise e correlação dos dados pautou-se no âmbito das relações oriundas do conflito capital versus trabalho e suas repercussões na esfera da reprodução social.

A hipótese primordial desse trabalho é que o perfil expressivamente feminino da categoria do discente do Serviço Social, e posteriormente no exercício da profissão, deve-se as atribuições destinadas às mulheres no mundo do trabalho, e, especialmente, no âmbito da reprodução da vida social, além de estar vinculada ao processo de gênese conservador da profissão.

Ainda no capítulo da Metodologia pontuo os autores os quais utilizei no processo investigativo para a construção desse trabalho e resalto que a utilização da pesquisa “Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria” se apresenta de forma delimitada, propondo reflexões acerca de alguns dos dados expressos pelas autoras da pesquisa.

5.1 A PESQUISA “O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS/OS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA”: A ESCOLHA E OS CAMINHOS TRAÇADOS PELAS PESQUISADORAS.

O primeiro contato com a pesquisa, que foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2017, e que buscou traçar as características socioeconômicas dos estudantes de Serviço Social, foi quando eu, enquanto estudante, respondi o questionário da pesquisa em 2017. Logo após a publicação do artigo oriundo da pesquisa, na Revista Sociais e Humanas, o segundo contato foi marcante no que diz respeito a leitura dos dados expostos.

O cotidiano vivenciado dentro do ambiente acadêmico muitas vezes não permite o reconhecimento das realidades vivenciadas pelos estudantes. Isso porque, é possível

apreender características marcantes visíveis, como por exemplo, a presença majoritária das mulheres, trabalhadoras e com mais de 20 anos de idade.

Porém, ao passo que se reformulam os métodos de ingresso nas Instituições de Ensino Superior no Brasil (IES), com o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI), no qual se construiu o curso de Serviço Social da UFSM, e o acesso pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir do ano de 2016, pode-se observar mudanças significativas no perfil dos egressos, como por exemplo, o ingresso de um contingente expressivo de jovens na faixa etária dos 17 aos 25 anos, população negra, indígenas e quilombolas.

No entanto, mesmo com a ampliação do ingresso, as mulheres ainda são as que mais acessam o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, obviamente, não se pode negar que com o ingresso via ENEM muitos homens também estão ingressando e cursando Serviço Social, porém, a presença das mulheres no curso ainda é expressiva e marcante.

A pesquisa “Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria” demonstrou uma conjunção de aspectos no que tange tange o perfil dos estudantes, além de contar com entrevistas de servidores e docentes do curso. As categorias criadas pelas pesquisadoras são as que aponto a seguir

Identidade de gênero;

- Identidade Sexual;
- Estado Civil;
- Naturalidade;
- Visão Política-Ideológica;
- Número de Filhos;
- Religião;
- Opção pelo Curso de Serviço Social;
- Renda/Trabalho;

Sobre os aspectos que nortearam a pesquisa, ressalta-se que mesmo com o grande valor que estes dados expressam sobre a realidade vivenciada pelos estudantes, optou-se por utilizar alguns dos dados, pois a pesquisa que originou o presente trabalho se pauta em dados muito específicos que são oriundos da pesquisa realizada pelas companheiras de categoria. Portanto, acredito que os dados que não serão utilizados em minha pesquisa são de extrema relevância e podem nortear outras pesquisas no âmbito do Serviço Social.

Então, por meio da leitura atenta da pesquisa, opto por utilizar 3 das 9 categorias, sendo elas

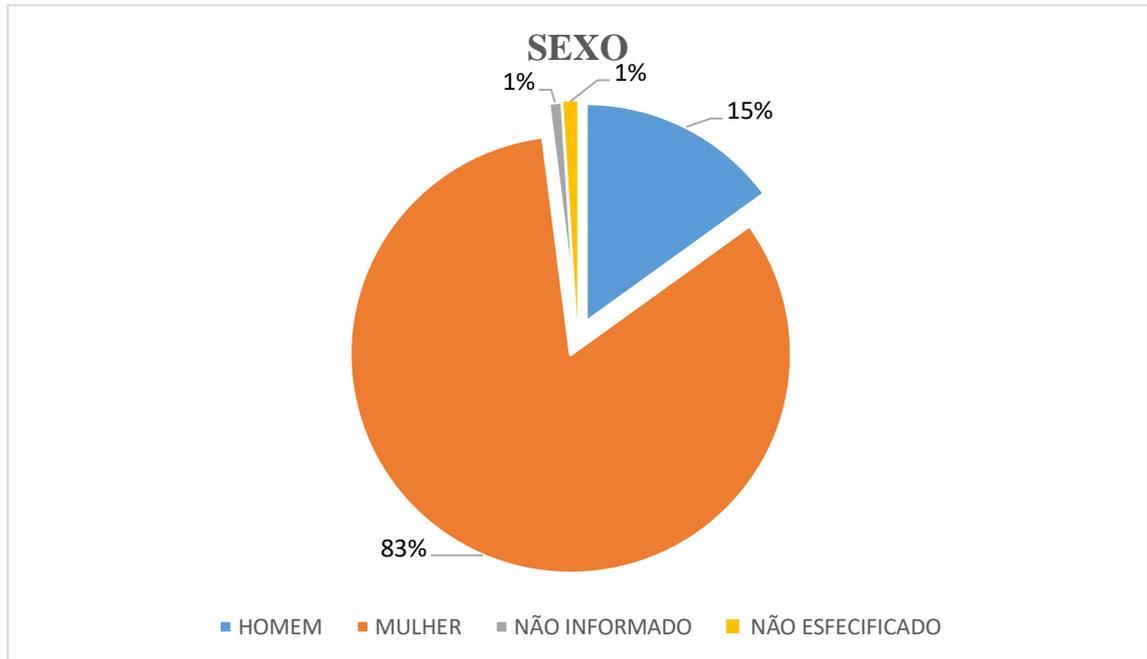
- **5.1.1 O Gênero e o Serviço Social**
- **5.1.2 Mães Estudantes**
- **5.1.3 Opção pelo Curso**

A opção pelas referidas categorias, deu-se por compreender que estas encontram-se diretamente vinculadas ao objetivo geral deste trabalho, e que, principalmente, possibilitam uma reflexão crítica sobre o perfil dos estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, tendo em vista o debate construído nos capítulos anteriores a análise. Os dados expressos na pesquisa “Perfil Socioeconômico dos/as Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria” representam a categoria discente em um momento muito específico do Curso de Serviço Social da UFSM, momento este onde as turmas do 1º e 3º semestre haviam recentemente adentrado o curso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU). É de suma importância ter em mente que a pesquisa foi realizada em 2017 e, portanto, os anos subsequentes até o momento presente o perfil dos/as estudantes de Serviço Social muito se alterou.

As categorias “Sexo” e “Opção pelo Curso” estão diretamente ligadas para seja possível apreender a presença feminina no Curso, por outro lado, a categoria Mães Estudantes vincula-se ao debate acerca do cuidado delegado às mulheres e suas múltiplas jornadas de trabalho, visando construir um debate sobre as atribuições femininas na esfera privada e seus reflexos na esfera pública. Nos próximos tópicos desenvolvo esses aspectos e apresento uma discussão diferenciada acerca das categorias que se relacionam com o referencial construído nos capítulos II e III.

5.1.1: O GÊNERO E O SERVIÇO SOCIAL

Gráfico 1: Perfil do Sexo dos/as Estudantes de Serviço Social da UFSM



Fonte: Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria

O primeiro dado demonstrado na pesquisa, trata do perfil de identidades de gênero estabelecido na categoria discente do Serviço Social da UFSM. Torna-se importante apontar que as pesquisadoras que construíram a referida pesquisa pontuam sua opção pela expressão “identidade de gênero”, conceituando que:

[...] apesar da utilização de “identidade de gênero” na presente pesquisa, continua-se concordando com os pontos levantados, tendo plena ciência que esses riscos acompanham tal escolha. Logo, paralelamente, o uso da categoria identidade para se referir a gênero, a qual remete a identificação no mundo (podendo ou não ir ao encontro do gênero que foi atribuído quando de seu nascimento) dá ênfase que gênero não se resume a mera escolha, mas sobretudo, é uma construção social, histórica, política e hierarquizada das relações sociais, a qual mulheres, especialmente negras e pobres estão sob condições de muita desvantagem. (FRAGA, et al, 2018, p. 226)

A opção das autoras remete aspectos de grande relevância para se pensar as implicações da expressão “identidade de gênero”. Isso porque, os estudos sobre a categoria de gênero vêm sendo pautados por diversas gamas da sociedade, dentre elas mulheres e feministas que abordam essa categoria de formas muito diversas.

Como já pontuado neste trabalho, a perspectiva que opto para a análise e reflexão está ancorada no viés materialista da categoria gênero, por compreender que a leitura sob

este ângulo não se resume a definições pós-estruturalistas do “sentir”, mas, sim, está diretamente vinculada a questões macroestruturais que não apenas atendem a definições individuais, mas, que abordam quesitos que transacionam as relações de classe e raça.

Para elucidar essa definição, a assistente social e pesquisadora Mirla Cisne, em seu livro “*Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*”, de 2014, assinala que “[...] o conceito *gênero* tende a eufemizar as desigualdade, as relações de poder e de antagonismo social entre os sexos, dada a sua ancoragem ao culturalismo [...]” (CISNE, 2014, p.20-21).”

Para tanto, é necessário ter em vista que o conceito de *gênero* é utilizado na atualidade para tratar das questões que envolvem mulheres e acabam por acobertar os estudos sobre as relações sociais entre os sexos, infelizmente, invisibilizando os estudos sobre as mais diversas expressões das realidades vivenciadas pelas mulheres, o que acarreta em uma “mistura”, onde tudo que se intitula sobre as mulheres é tratado como questão de gênero. Portanto, *gênero* se desvinculou da análise sobre as relações desiguais de classe e raça, podem culminar em uma visão acrítica e desvinculada da realidade (CISNE,2014).

Ainda sobre o conceito de gênero e a preferência do uso do conceito *relações sociais de sexo*, Joan Scott em seu livro “*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*”, de 1989, traduzido em 1991, a autora apresenta que “[...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos [...] sendo uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...]” (SCOTT, 1991, p.7).

Nesse mesmo sentido, Helena Hirata, Françoise Laborie e Hélène le Doaré, em sua publicação de grande valor às pesquisas feministas, no livro intitulado “*Dicionário Crítico do Feminismo*”, de 2009, referem que:

A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres, os quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas. (HIRATA et al 2009, p.71)

Isso implica compreender que as relações sociais de sexo, partindo de um processo de construção social dos corpos dos sujeitos, não pode ser categorizada como a simples definição com base no sexo biológico. Isso se deve, não pela ideia de que o sexo define o modo de viver dos sujeitos, o que cabe refletir é que, o que define essa relação antagônica são as construções sociais sobre o sexo que configuram o gênero, portanto, o sexo não define, ele é definido pelo ideal da sociedade vigente.

Portanto, os grupos antagônicos não se constituem de forma homogênea, pois pensar o gênero sob a perspectiva materialista implica considerar que as categorias de classe e raça se interpelam. Dessa maneira, a leitura de realidade sob a categoria gênero só é palpável se levado em consideração a influência da raça e da classe, como por exemplo; uma mulher branca, burguesa sofre opressão por sua determinação enquanto mulher, sendo privilegiada por ser branca e burguesa, porém uma mulher negra, mesmo que burguesa sofre opressões por sua condição de raça e gênero

Realizada esta ressalva sobre as abordagens da categoria de gênero e suas mais diversas perspectivas, afirmando minha predileção sob uma perspectiva materialista, que não significa negar as outras abordagens, mas sim acreditar que a concepção aqui proposta é de grande relevância para esta análise, acredito ser importante pontuar que, mesmo com os estudos sobre gênero e também com o empenho de grandes feministas ao tratar das mais variadas leituras sobre o gênero, infelizmente a sociedade ainda realiza uma interpretação apenas sob a perspectiva do binômio homem-mulher. Dessa forma, penso que existe muito para se avançar no entendimento sobre as determinações do gênero.

Nesse mesmo sentido, a partir da análise sobre o gênero que predomina no curso de Serviço Social da UFSM, pode-se constatar que seguindo o retrato da profissão no país, a pesquisa do perfil da categoria discente da UFSM não destoia da pesquisa realizada em 2005 intitulada “*Assistentes Social no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional no Brasil*” publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social, o CFESS.

Na UFSM, (83%) do corpo discente é composto por mulheres e somente (15%) é homem, obviamente deve-se considerar que os discentes do curso representam o futuro profissional da categoria, e que tendo por base esses números, pode-se afirmar que o Serviço Social segue sendo uma profissão majoritariamente feminina.

Dado estas porcentagens, pode-se inferir que, como já demonstrado no capítulo II sobre trabalho, atualmente as mulheres são as que mais acessam o ensino superior, o que se configura como muito importante na vida das mulheres em busca de qualificação profissional, porém a grande questão é: Como se explica o grande contingente de mulheres no curso de Serviço Social, tanto da UFSM como de outras universidades?

Como também já pontuado, o Serviço Social é uma profissão marcada pela presença expressiva de mulheres, e isso se deve ao processo de gênese da profissão no Brasil, que emerge no capitalismo monopolista. É nesse momento que emergem as demandas oriundas da contraditória relação entre o capital e o trabalho, e o Estado buscar intervir nessas

expressões para perpetuar a manutenção da sua organização, requisitando os profissionais do Serviço Social e delegando às mulheres a responsabilidade pelo mantimento da “ordem social”, dentro e fora do espaço privado.

Historicamente a profissão foi vinculada às mulheres sob a perspectiva do cuidado, isso porque o trato das expressões da questão social se deu sob a perspectiva positivista, como acena Mirla Cisne, em seu livro “*Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*”, de 2014,

[...] o positivismo, uma vertente teórica que influenciou significativamente as protoformas do Serviço Social e que possui estreita relação com a ideologia patriarcal. O conceito positivista de “desajustes sociais” e “desequilíbrio/equilíbrios sociais são imputados à responsabilidade das mulheres [...] (CISNE, 2014. p. 22)

As expressões da questão social, sendo seu enfrentamento na perspectiva do reajuste social, se configuraram como uma possibilidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, evidentemente, como uma extensão das tarefas desenvolvidas no seio da família patriarcal. Sendo assim, os sujeitos que se encontravam em situações de vulnerabilidade, ou que de alguma maneira se colocavam contra o Estado, como forma de resistência, eram considerados desajustados e para que se “adequassem”, as assistentes sociais da época eram responsáveis por tal ajuste.

Dessa maneira, o Serviço Social se constituiu como uma alternativa para que mulheres pudessem adentrar o mundo do trabalho, para tanto estas deveriam carregar consigo características que universalmente estão vinculadas a feminilidade e maternidade, como por exemplo; devotamento, sensibilidade, a submissão e a humildade. Nesse sentido, percebe-se que o perfil para a profissão era inteiramente feminino e pautado sobre a perspectiva da construção do gênero sob uma visão de que a mulher era a única capaz de sanar as demandas oriundas dos conflitos.

É notável também que a questão social foi abordada sob um viés individualista que julgava e culpabiliza os sujeitos por suas condições de vida, como se estas não fossem fruto do conflito capital *versus* trabalho, desresponsabilizando dessa maneira o papel do Estado em prover condições dignas de trabalho e vida.

Portanto, cabe ressaltar que o enfrentamento da questão social foi posto para as mulheres não só como uma oportunidade de exercer uma profissão, mas sim como uma forma do Estado em se eximir das responsabilidades. Nesse sentido, a vinculação das mulheres ao trato das expressões da questão social, se ancoram sob a perspectiva de que

essas expressões se apresentavam como fruto de um desalinho da família e que para que fossem mediadas era necessário o fazer por parte de uma mulher que possuía todos os “dons” necessários para educar os indivíduos.

Para pensar essas determinações acerca do trabalho feminino e posteriormente o vincular com a prática conservadora do Serviço Social, é necessário ter em vista o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. O trabalho feminino sempre foi posto como força de trabalho secundário, pois historicamente, a centralidade da família no capitalismo se coloca primordial para sua manutenção. Isso porque, a família patriarcal com sua centralidade na figura masculina, sendo o único provedor e a mulher sendo a responsável pelas tarefas domésticas que incluem, o cuidado com o lar e a educação dos filhos, são essenciais para desobrigar o Estado em prover condições salariais para que terceiros exerçam as funções tais funções.

Sendo assim, o trabalho feminino desenvolvido dentro do lar nunca se configurou como trabalho de fato como aponta Cláudia Mazzei Nogueira, em seu livro de grande contribuição “*A Feminização do Mundo do Trabalho*”, de 2004 em que pontua que “mesmo havendo grande ênfase na domesticidade da mulher, reforçando o seu “estatuto social”, o trabalho doméstico não era considerado [...] como trabalho, pois, tratava-se de atividade desvinculada da esfera econômica” (NOGUEIRA, 2004, p.24)

A invisibilização do trabalho desenvolvido no espaço privado e a disposição imposta às mulheres para o trabalho apenas vinculado a uma espécie de extensão do lar, é fruto de um longo processo que atravessa os caminhos e modificações da família e do que se concebe por trabalho.

Rachel Gouveia Passos em: “*Trabalho, Gênero e Saúde Mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino*”, pontua que “a divisão sexual do trabalho é apropriada pela sociabilidade burguesa e produzida na individualidade, no cotidiano, resultando na desigualdade entre os sexos” (PASSOS, 2018, p.76)

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, como aponta o artigo “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” de Danièle Kergoat, em “*Dicionário Crítico do Feminismo*”, se configura com base em “dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, 67).

Em seu livro, “*Trabalho, Gênero e Saúde Mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino*”, de 2018, Rachel Gouveia Passos, propõe uma

reflexão sobre as mulheres que atuam como cuidadoras, e afirma que, essas funções hoje executadas pelas cuidadoras, são as mesmas que factualmente são exercidas pelas mulheres em seus lares de forma gratuita com objetivo de servir as necessidades da família. A autora ainda acrescenta que, “ a subalternidade feminina dá-se, inicialmente, no espaço doméstico e é perpetuada nas relações sociais sendo de fundamental importância a padronização das relações no mundo do trabalho e na produção da riqueza (2018, p.76).

Portanto, o trato do lar e dos filhos se constituem como tarefas exclusivamente femininas e possuem “menos” valor que o trabalho desenvolvido pelos homens na esfera produtiva. É nesse bojo de desvalorização e extensão do trabalho da esfera privada, que as mulheres assumem a profissão de assistente social, no contexto de emergência da profissão.

A marca do trabalho desvalorizado e da presença majoritária das mulheres, ainda hoje é expressiva no Serviço Social, não por culpa da categoria e entidades da profissão, tendo em vista as modificações que ocorrem no cerne da categoria nos anos subsequentes com o movimento de renovação do Serviço Social, e com o projeto ético-político da profissão.

Porém, esses indícios ainda permanecem, seja pela presença esmagadora de mulheres que optam pelo curso, seja pela concepção atravessada do senso comum acerca do fazer profissional que até hoje vincula o Assistente Social como profissional voltado para suprir demandas emergenciais com base no cuidado e doação, características essas imputadas até hoje às mulheres.

5.1.2: MÃES E ESTUDANTES.

Gráfico 2: Número de filhos dos/as Estudantes de Serviço Social da UFSM



Fonte: Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria

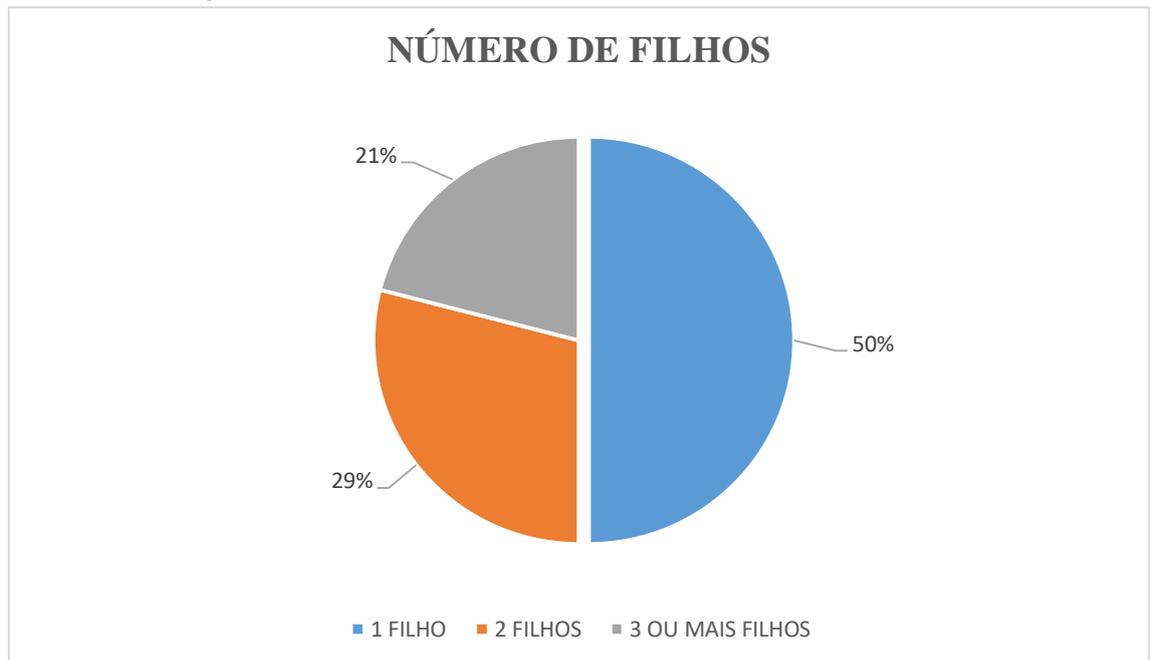
Em relação ao número de filhos do conjunto dos estudantes, (71%) afirma não ter filhos, e em contrapartida (28%) afirma ter filho. Desta maneira, as autoras que realizaram a pesquisa “Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria”, atentam para uma questão muito importante sobre a relação do cuidado para com os filhos.

Como pode-se ver no Gráfico 3, onde dos (50%) dos que possuem filhos:

Daí emerge uma preocupação feminista. Como no curso (83%) das estudantes são mulheres, fica fácil concluir que quase a totalidade destas (28%) são também mulheres, que provavelmente têm que conciliar formação profissional e cuidado com as/os filhos, cujas/os, muitas vezes, acompanham suas mães durante as aulas (FRAGA, et al, 2018, p. 228)

Essa circunstância apontada na pesquisa nos remete novamente ao debate do cuidado feminino e as atribuições destinadas às mulheres; as de cuidadoras em tempo integral. Sendo o Serviço Social uma profissão que emergiu sob o viés do cuidado das mulheres para com os indivíduos.

Gráfico 3: Relação de número de Filhos



Fonte: Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria

A partir dessa nota pontuada pelas autoras, deve-se considerar a tripla jornada enfrentada pelas mulheres mães estudantes do curso de Serviço Social. Isso visto que em um curso noturno composto majoritariamente por estudantes trabalhadores, as mulheres, mães e estudantes, além do trabalho formal que ocupa 8 horas de seu dia, sem levar em consideração o tempo despendido no transporte público de ida e volta do trabalho, tem que conciliar o trabalho com os estudos e também com as atividades que envolvem o cuidado dos filhos e da casa.

Ainda sobre o número de filhos, as autoras pontuam outro aspecto de grande relevância, quando afirmam que “[...] o cuidado é delegado e sobrecarregado nas mulheres. Essa sobrecarga não é dividida nem com demais membros da família, nem, conseqüentemente, com o Estado, que não garante vagas suficientes em creches [...]” (FRAGA et al, 2018, 228). Com esta afirmação, pode-se inferir que o Estado isenta-se de garantir mecanismos para que jovens estudantes tenham acesso a Creches públicas, para que possam desenvolver suas mais diversas atividades sem a necessidade de se sobrecarregarem.

O que ocorre é que o Estado ao eximir-se de sua função de provedor de respostas às demandas sociais, delega a responsabilidade do cuidado inteiramente as mulheres, sem qualquer tipo de auxílio, mesmo que esse se configure como direito. Essa sobrecarga de

tarefas, ou seja, nesse caso a tripla jornada de trabalho, pode muitas vezes ocasionar a evasão das estudantes mães, visto que os filhos se colocam como prioridade.

No ano de 2016, conforme dados da PNAD Contínua disponibilizados pelo IBGE, (26,1%) das mulheres jovens que evadiram das escolas ou que não estudavam justificaram a ausência pela demanda de cuidado de terceiros como idosos ou crianças, ou de afazeres domésticos. A partir desse dado, pode-se ponderar que mesmo que as mulheres acessem e ocupem espaços como o do meio acadêmico, a centralidade que a possui família suas vidas, tendo em vista a falta de ações e desenvolvimento de políticas públicas por parte do Estado para estudantes mães, interfere de forma notável em sua permanência nas IES.

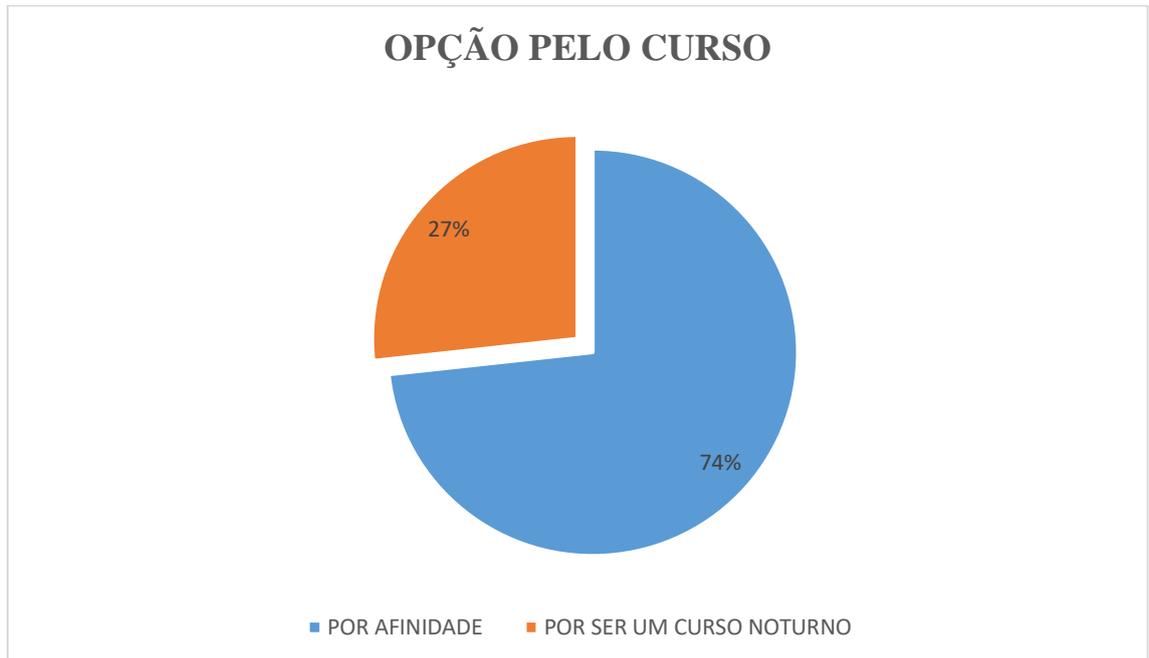
Mesmo sendo a Universidade Federal de Santa Maria, uma das IES mais bem estruturadas em termos de assistência estudantil, existe um vazio, ou como bem problematizam as pesquisadoras na pesquisa *“Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria”*,

Na universidade, creche é compreendida como uma das áreas em que se deve desenvolver ações de assistência estudantil conforme o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Mas assim como no restante, as ações são insatisfatórias, bem como secundarizadas pela instituição em detrimento do atendimento de condições consideradas mais objetivas para a sobrevivência, como alimentação e moradia. Então essa não é uma condição relevante e objetiva na formação profissional das mulheres, mães, trabalhadoras, estudantes de universidades públicas em período noturno? (FRAGA, et al, 2018)

Esse ponto levantado pelas pesquisadoras nos leva a questionar até que ponto, mesmo que com uma política institucionalizada, o Estado se preocupa em prover condições para que as mulheres consigam romper as barreiras que as impedem de acessar a universidade pública e da qualidade, e principalmente, de permanecer para que possam se qualificar. O que na realidade acontece, e é uma coisa que não podemos nos esquecer, é que nunca foi e não será nesse modo de produção interesse do capital em que exista a igualdade entre os sexos, isso porque essa relação de dependência é mais que favorável para a reprodução modo de produção. Portanto, há muito a se avançar para que a relação entre os sexos seja de fato igualitária, e, principalmente, que as mulheres, as mais atingidas pela precarização do mundo do trabalho, tenham condições igualitárias de vida. No capitalismo não será, por que o capitalismo nunca deixará de explorar mulheres.

5.1.3 OPÇÃO PELO CURSO⁹

Gráfico 4: A escolha do Serviço Social



Fonte: Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria

Um dos aspectos mais significativos sobre a construção do Curso de Serviço Social da UFSM, é que justamente por ter sido gestado a partir do REUNI, ele foi estruturado e pensado para que os trabalhadores pudessem acessar o ensino público de qualidade, garantindo dessa maneira que fosse possível a conciliação do trabalho intelectual e trabalho físico.

O que acontece é que na maior parte do Brasil e inclusive nas outras duas universidades públicas¹⁰ que possuem o curso de Serviço Social no Rio Grande do Sul este é ofertado no diurno, o que implica em que os estudantes tenham maior dificuldade em se manter financeiramente, pois não conseguem trabalhar e, por conseguinte, permanecer na universidade.

Portanto, é completamente compreensível que um contingente significativo dos discentes¹¹ (27%) optem por cursos noturnos, porém o fato de (74%) afirmaram ter

⁹ Os dados expressos na Pesquisa “Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria”, em relação a opção pelo curso, não somam 100%, e sim 101%. Acredita-se ter sido um erro que ocorreu durante a tabulação de dados ou um erro ortográfico na passagem dos dados para o artigo.

¹⁰ Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

¹¹ “[...] 50% dos matriculados na época da aplicação do questionário, respondeu que não permaneceria no curso caso ele mudasse para o diurno, visto que, uma grande parte das/os discentes como a pesquisa afirma são trabalhadoras e trabalhadores e/ou filhas/os da classe trabalhadora, e conforme quantitativo não estariam

escolhido o curso por uma questão de “afinidade”, tendo em vista a não compreensão de uma grande parcela da sociedade sobre o que de fato é o Serviço Social e, principalmente, que o curso é composto majoritariamente por mulheres, provoca uma reflexão sobre o motivo pelo qual as mulheres possuem mais afinidade com o Serviço Social.

Como afirma Maria Cristina Aranha Bruschini, em seu artigo intitulado “*Mulheres e Trabalho: Engenheiras, Enfermeiras e Professoras*”, de 1970, onde realiza um estudo sobre os estereótipos do trabalho, afirmando que “[...] se de um lado, observa-se a elevação do nível educacional feminino, de outra parte pode-se constatar que, embora se dirijam cada vez mais aos cursos superiores, as mulheres continuam concentradas em determinadas áreas de concentração [...]” (BRUSCHINI, 1970, p.6)

Primeiramente, é necessário o entendimento que a participação das mulheres no mundo produtivo sempre se deu de forma intensa, seja pela requisição destas no momento pós segunda guerra -1945 ou pelas mais diversas demandas do capital, onde também se requisitava a força de trabalho de crianças, porém estas mulheres estiveram sempre em grande número no setor de serviços, que mesmo exigindo muito esforço ainda sim se situavam como áreas menos bem conceituadas e de rendimento baixo (BRUSCHINI, 1970). Portanto, tradicionalmente as mulheres foram “alocadas” em setores os quais não conferiam prestígio e dessa maneira não poderiam ser ocupadas por homens.

É evidente que as mulheres ocupam espaços que foram por muito tempo tidos como masculino, inclusive no meio acadêmico. Atualmente as mulheres estão inseridas em processos de gestão, que envolvem disciplinas antes vinculadas somente aos homens, como as engenharias. O fato é que mesmo que inseridas, elas não possuem grande representatividade nesses espaços pois ainda estão em pequeno número.

Uma das hipóteses sobre a presença em grande número das mulheres em espaços ditos femininos, que são desvalorizados e precarizados, são citados por Maria Cristina Aranha Bruschini, em seu artigo intitulado “*Mulheres e Trabalho: Engenheiras, Enfermeiras e Professoras*”, afirmando que “[...] as condições oferecidas às mulheres seriam favoráveis em áreas de pouco interesse para os homens, [...] . Isso, por sua vez, ocorreria porque quanto mais numerosas são as mulheres num determinado ramo de atividade, menor o salário [...]” (BRUSCHINI, 1970, p.5)

Essa divisão sexual do trabalho, configurada com base em atividades e espaços que devem ser ocupados por homens e mulheres, os vincula de formas diferentes às esferas do

inseridos numa universidade federal pública e gratuita com ensino de qualidade [...]” (FRAGA et al, 2018, p.230)

público e privado. Dessa maneira, os homens construídos socialmente sob uma perspectiva da virilidade, força, poder e inteligência são associados a esfera pública, em seu sentido literal, adentrando o espaço da produção e tendo “direito” a vida pública e portanto, podendo reivindicar seus ideais. Porém, as mulheres quando vinculadas a esfera privada são associadas a características construídas socialmente, como, a sensibilidade, carinho, cuidado e afetividade.

Essa histórica vinculação dos sujeitos partindo de definições pautadas pelo sexo biológico ainda hoje norteiam as escolhas e caminhos trilhados por homens e mulheres. Mesmo que muito se tenha avançado sobre o poder de decisão e a autonomia das mulheres a respeito de suas trajetórias, como um de seus fatores a sua inserção massiva na esfera produtiva, os valores enraizados e que norteadores da lógica capitalista impedem um processo de emancipação plena das mulheres.

Sobre os interesses da lógica capitalista na manutenção dos valores socialmente construído sobre os sexos, Cláudia Mazzei Nogueira, em seu artigo “*As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução*”, de 2010, afirma que, “[...] o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.” (NOGUEIRA, 2010, p.61).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, algumas considerações são necessárias, mesmo que em algum momento alguns apontamentos já tenham sido mencionados. Optou-se por percorrer o mesmo caminho, em termos de estrutura, iniciando aqui as considerações primeiramente pelo trabalho e suas modificações e, em um segundo momento, suas implicações na categoria discente do Serviço Social, e por fim algumas observações sobre o perfil da categoria discente do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

A primeira reflexão aqui proposta refere-se aos processos do capital. Devido ao fato de se tratar de uma pesquisa bibliográfica e sendo realizada em período curto de tempo, não foi possível aprofundar de veras a categoria trabalho. Diante do que me propus analisar, afirmo que o estudo que deu origem a esse trabalho foi essencial para que eu pudesse compreender os caminhos que levaram ao grande processo de desvalorização e exploração das mulheres. Estudar essas temáticas foi como mergulhar, sob a perspectiva de pesquisadora, na realidade que permeia a vida das mulheres, e, em meio a elas me encontro.

Início este trabalho, com uma discussão sobre as modificações do trabalho desde as sociedades primitivas até o momento onde o capitalismo se inicia e se transforma. Dessa maneira, percebe-se que os processos de opressão das mulheres sempre existiram, me levando a crer que o patriarcado é anterior ao capitalismo e que esse modo de dominação teve seu início a partir da noção da propriedade da terra e da conversão da herança de direito materno para direito paterno.

A centralidade da família na vida das mulheres é cooptada pelo capital a fim de que as mulheres se identifiquem com o trabalho doméstico para que estas o desenvolvam, não sendo necessário que o Estado arque com as responsabilidades sobre o lar e os filhos. Portanto, cabe a mulher a realização das tarefas relativas ao cuidado, e, em momentos de crise o capital requisita o trabalho das mulheres na esfera produtiva para o trabalho mais flexibilizado e desvalorizado pela concepção de que o trabalho feminino é menos valoroso, até porque as mulheres, segundo o *modus operandi* do capitalismo, não devem estar nas fábricas, nas gerências de empresas e muito menos nas universidades. Dessa maneira, as mulheres são instruídas ao que se construiu até hoje sobre a maternidade, o cuidado e a sensibilidade e aos arquétipos do que é ser mulher.

É justamente no cenário de transição para o capitalismo monopolista que o Estado requisita o trabalho dos assistentes sociais, que na época referida era concebido como trabalho para mulheres, visto sob a perspectiva de que as mulheres são provedoras de amor

e detentoras de sensibilidade, e seriam elas as únicas capazes de ajustar os indivíduos ao meio.

A gênese conservadora do Serviço Social Brasileiro, sofreu um processo de ruptura que culminou no atual projeto ético-político da profissão. Porém, esses resquícios da profissão tradicionalmente feminina e voltada para o cuidado dos sujeitos ainda permanece, mesmo com todo o trabalho desenvolvido pelas entidades da categoria e também pelos próprios profissionais.

A grande questão sobre a percepção do senso comum sobre o trabalho realizado pelos assistentes sociais e também sobre as políticas nas quais os profissionais atuam, pauta-se no desconhecimento tanto da política quanto do fazer profissional, e, principalmente, na ideia do indivíduo sob a perspectiva da individualidade. Isso porque as expressões da questão social ainda são vistas como um problema individual, como se o sujeito fosse o culpado por não atingir as metas do capital. Sentimento esse que se construiu no momento em que o Serviço Social emerge como profissão no Brasil.

Sobre a categoria discente do Serviço Social da UFSM, concluo que a hipótese de que a categoria é majoritariamente feminina devido aos processos de modificação e feminização do mundo do trabalho, e também, pelo processo de gênese do Serviço Social brasileiro ancorado no positivismo e no humanismo-cristão, é verdadeira. Acredito que durante o desenrolar deste trabalho consegui desenvolver uma discussão importante sobre as bases do Serviço Social que implicam em uma categoria tanto discente quanto profissional majoritariamente feminina.

Acredito que as temáticas abordadas neste trabalho são de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social, mesmo com os entraves os quais me deparei em relação a produção voltada para os temas de Gênero e categoria profissional. Dessa maneira, um dos desafios para a elaboração deste trabalho foi encontrar materiais produzidos por mulheres, e, em especial, assistentes sociais. Isso porque mesmo em uma categoria majoritariamente feminina, sendo, portanto, composta por inúmeras pesquisadoras, tive dificuldades de encontrar leituras vinculadas às temáticas de Gênero, Trabalho e Serviço Social.

Sempre que busquei leituras me deparei com um grande contingente de produções, porém sempre escritas e referenciadas por homens, o que me levou a questionar que mesmo que a categoria de assistentes sociais seja em sua maioria feminina, os debates que consideramos mais custosos são mais popularmente escritos por homens. Em contrapartida,

pude perceber que a produção sobre a temática de gênero é muito mais comum entre as mulheres, mas mesmo assim, essa produção ainda é pouco visibilizada, pois me parece que a categoria está preocupada com outros debates.

Entendo que não devemos perder de vista a centralidade do trabalho, pois somente assim é possível fazer pesquisa em Serviço Social, porém, acredito que muito temos a ganhar enquanto categoria, e que para além disso, a sociedade tem muito a ganhar quando o Serviço Social busca não apenas debater o bom e velho marxismo ortodoxo, mas sim produzir conhecimento para que o trabalhador possa se reconhecer enquanto classe.

Penso também que este material provavelmente não chegue nas mãos das trabalhadoras que dividem seu tempo entre o trabalho assalariado, o trabalho doméstico e a difícil vida acadêmica, porém não pretendo e não acho que esse trabalho acaba aqui. Julgo ser de grande relevância a construção de conhecimento científico voltado para dar respostas à sociedade, e, principalmente, a construção de conhecimento acessível.

Portanto, concluo que há muito para se avançar sobre a temática da feminização do mundo do trabalho e suas condicionantes. Me proponho em dar continuidade ao trabalho aqui, em um futuro não muito distante, na forma de um projeto de mestrado.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao processo pedagógico que tive a oportunidade de desenvolver enquanto pesquisei e escrevi este trabalho. Nunca imaginei que este trabalho, que por vezes me levou ao cansaço físico e emocional, pudesse me render tantos frutos positivos e, principalmente, um melhor e mais aprofundado conhecimento sobre a categoria que me insiro, a de classe trabalhadora e também a dos profissionais do Serviço Social.

Finalizo com uma passagem de Bertolt Brecht, que diz muito sobre esse trabalho, e sobre a realidade vivenciada diariamente pelas mulheres trabalhadoras.

“Os movimentos dos corpos celestes se tornam mais claros, mas os movimentos dos poderosos continuam imprevisíveis para os seus povos. A luta pela mensuração do céu foi ganha através da dúvida e a credulidade da dona-de-casa fará que ela perca sempre de novo sua luta pelo leite. ”

Bertolt Brecht

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. **?!Inserción Laboral de las Mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria?!**. Revista Estudos Feministas. v.12, n. 2, p. 224-235. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23969.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- ANTUNES, R. L. **Adeus ao trabalho?!**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003
- ANTUNES, R. L. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018
- ÁVILA, M. B. Reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. *In: Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social* cap 2. Brasília: [s.n], 2016. p. 19-72
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 22 jun. 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- BRASIL.INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota técnica: mulheres e trabalho, uma breve análise do período 2004-2014**. DF: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2019.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulheres e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras**. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. s/v, n. 27, p. 5-17. 1978. Disponível em:<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1726/1710>>. Acesso em: 06 nov. 2019.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**.1. ed. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional**. 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Ofício À Central Globo de Jornalismo**. 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/oficio-tv-globo-zorra-total-.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

FRAGA, C. K; OLIVEIRA, A. F. R. de; SEBASTIANY, M. M. O Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Sociais e Humanas**. v.31, n. 2, p. 214-236. 2018

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do brasil, do chile e de cuba**. PUCRS; Porto Alegre, 2016.

GOMES, S. **Cadernos ABEPSS em Debate**. 1991. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/debate-suely-gomes-201609151341038623430.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.6775%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21 ed. São Paulo, Cortez; Celats, 2007.

IOP, Elisandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**. Revista Visão Global. n. 2, v.12, p. 231-250, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/8ea7/52342c7f43715d496c2f2e59b3e5d9937632.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019

LENARDÃO, Elsie. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. **Revista Lutas Sociais**. n. 11/12, p. 1-11. 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18704>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A Pergunta pela Identidade Profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v. 12, n. 1, p. 145-156, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/download/8639491/7064/0+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 08 dez.2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo : Boitempo, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização do Mundo do Trabalho**. 1. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004

Claudia Mazzei. **As Relações Sociais de Gênero no Trabalho e na Reprodução**. 2010. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OEI. **Las brechas de Género en lá Producción Científica Iberoamericana**. Argentina: OEI, 2019. Disponível em: <<https://oei.cl/uploads/files/news/publications/159/las-brechas-genero-en-la-produccion-cientifica-iberoamericana-002.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

OIT. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018**. Oficina Internacional del Trabajo. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_619603.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

PASSOS, R. G. **Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxistas para o debate contemporâneo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 281-301, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n126/0101-6628-ssoc-126-0281.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019

PASSOS, R. G. **Trabalho, Gênero e Saúde Mental: contribuições a profissionalização do cuidado feminino**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). 1. ed. Recife: SOS Corpo, 1991.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930- 1945)**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero, Marxismo e Serviço Social. **Revista Temporalis**, n.27, p.13-31. jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429/5848>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios para uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

